



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA, CONTABILIDADE
E SECRETARIADO EXECUTIVO - FEAAC
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

CARLOS FREDERICO MARQUES CARNEIRO

O COMPORTAMENTO DO MERCADO DE TRABALHO NA REGIÃO
METROPOLITANA DE FORTALEZA NO CENÁRIO DO
SUBDESENVOLVIMENTO BRASILEIRO – DE 2009 A 2012

FORTALEZA

2013

CARLOS FREDERICO MARQUES CARNEIRO

**O COMPORTAMENTO DO MERCADO DE TRABALHO NA REGIÃO
METROPOLITANA DE FORTALEZA NO CENÁRIO DO
SUBDESENVOLVIMENTO BRASILEIRO – DE 2009 A 2012**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências
Econômicas da Universidade Federal do
Ceará, como requisito parcial para obtenção do
Título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. André Vasconcelos
Ferreira

**FORTALEZA
2013**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca da Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade

C287c Carneiro, Carlos Frederico Marques.

O comportamento do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Fortaleza no cenário do subdesenvolvimento brasileiro – de 2009 a 2012 / Carlos Frederico Marques Carneiro - 2013.

78 f.: il.

Monografia (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Curso de Ciências Econômicas. Fortaleza, 2013.
Orientação: Prof. André Vasconcelos Ferreira.

1.Desemprego 2.Mercado de trabalho 3.Economia do mercado I. Título

CDD 330

CARLOS FREDERICO MARQUES CARNEIRO

**O COMPORTAMENTO DO MERCADO DE TRABALHO NA REGIÃO
METROPOLITANA DE FORTALEZA NO CENÁRIO DO
SUBDESENVOLVIMENTO BRASILEIRO – DE 2009 A 2012**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências
Econômicas da Universidade Federal do
Ceará, como requisito parcial para obtenção do
Título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovada em ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. André Vasconcelos Ferreira (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Fábio Maia Sobral
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^a. Ma. Selma Maria Peixoto Alcântara
Faculdade do Vale do Jaguaribe (FVJ)

Com todo meu amor, carinho e dedicação, aos meus pais Luiz e Socorro, às minhas irmãs, Priscilla, Carol e Ló e meus amigos, pelo apoio e solidariedade.

AGRADECIMENTOS

Desejo deixar aqui registrado toda minha gratidão e reconhecimento a todos que estiveram comigo desde o começo dessa luta que foi ter estudado economia, que eu me orgulho muito de ter feito.

A Deus, que sempre me levou para o bem e me fez ver o lado bom da vida.

A meus pais, que eu amo muito e que sem dúvida são meus maiores incentivadores em meus estudos e na minha vida, que aos trancos e barrancos me proporcionaram tudo para que eu pudesse realizar. Papai, eu te considero um herói. Mamãe, eu nunca vou esquecer-me da frase que eu levarei pro resto da minha vida “... que agente está nessa vida é pra realizar os nossos sonhos”.

Às minhas irmãs Carol, Priscilla e Ló, que me ajudaram e sempre me escutaram e que me deram aquele ombro de amigo, meu sincero obrigado.

À Universidade Federal do Ceará, que por esses anos de faculdade foi minha segunda casa e eu me senti profundamente amparado.

Ao professor Antônio Lisboa Teles da Rosa, que me ajudou a criar o tema de minha monografia e me auxiliou na elaboração de meu projeto.

Quero agradecer especialmente ao André, tanto à pessoa quanto ao professor, que eu o considero ético e profissional e que me estendeu a mão num momento em que eu realmente precisei e eu pude me sentir seguro em tê-lo como meu orientador.

Agradeço aos professores Fábio Maia Sobral e Selma Maria Peixoto Alcântara por terem aceitado compor a banca de minha monografia.

A todos os meus amigos que riram e choraram e que enfrentaram junto comigo todas as agruras das situações tanto na faculdade como na vida. À minha grande amiga, a diva, Samila Sampaio “She-ra”, ao Carlos “gato seco”, Mônica “gata seca”, Lydia “cintilante”, Rô

“docinho de leite”, Lúcia “huntara”. A D. Penha “perigosa” quero dizer que eu amo aqueles salgados pesadíssimos, mas super saborosos, e a todas as bibas amigas que torceram por mim.

E por fim eu quero dizer que eu me orgulho muito da minha dignidade e tudo nessa vida que eu arrancar vai ser honesto, e merecido.

“Arte pra mim não é produto de mercado.
Podem me chamar de romântico. Arte pra mim
é missão, vocação e festa.”

(Ariano Suassuna)

RESUMO

O mundo nas últimas décadas passou por profundas transformações que impactaram na vida dos trabalhadores. O mercado de trabalho na Região Metropolitana de Fortaleza vem acompanhando todo esse processo, apresentando todas as características de um país subdesenvolvido e que vem sentindo os impactos das mudanças ocorridas no contexto internacional, onde grande parte das pessoas tem que enfrentar e até se submeter ao quadro de subemprego ou buscar a informalidade para que possam assegurar sua sobrevivência. Será analisado a dinâmica do mercado de trabalho, abordando as inter-relações entre os setores formal e informal, observando o cenário político, econômico, social do Brasil. Estudando a formação das regiões metropolitanas e a urbanização no Brasil e como influenciaram no comportamento do mercado de trabalho brasileiro, sobretudo na RMF, tudo isso visto dentro do contexto do subdesenvolvimento. E embora a oferta de trabalho de emprego formal na RMF seja significativa, a mão de obra local ainda não é suficientemente qualificada em sua maioria, as condições de trabalho também são precárias o que contribui para o aumento das taxas de desemprego. Outro problema preocupante é o fenômeno observado por intermédio da subutilização da força de trabalho, com taxas comprimidas de assalariamento, forte informalidade e baixos salários.

Palavras-chave: Mercado de Trabalho, Região Metropolitana de Fortaleza, Subdesenvolvimento, Informalidade e Desemprego.

ABSTRACT

The world in recent decades had undergone profound changes that have impacted the lives of workers. The labor market in the Metropolitan Region of Fortaleza has been following this process, presenting all the characteristics of an underdeveloped country and has been feeling the impacts of changes in the international context in which most people have to face and to undergo the box underemployed or seeking informality so that they can ensure their survival. Will be analyzed the dynamics of the labor market and addressing the interrelations between the formal and informal sectors, noting the political, economic, and social in Brazil. Studying the formation of metropolitan areas and urbanization in Brazil and how influenced the behavior of the Brazilian labor market, especially in the RMF, all seen within the context of underdevelopment. Although the labor supply of formal employment in the RMF is meaningful to local labor is not sufficiently qualified mostly working conditions and precarious also contributing to the increase in unemployment rates. Another worrying issue is the observed phenomenon through the underutilization of the labor force, with compressed wage rates, strong informality and low wages.

Keywords: Labor Market, Metropolitan Region of Fortaleza, Underdevelopment, Informality, Unemployment.

LISTA DE FIGURAS E MAPAS

Figura 1: Países do “primeiro”, “segundo” e “terceiro” mundos – 1989.....	24
Figura 2: Mapa do Mundo Multipolar e a divisão Norte-Sul - 1989.....	25
Figura 3: Grau de Urbanização no Brasil na década de 1940.....	43
Figura 4: Grau de urbanização no Brasil na década de 1950	44
Figura 5: Grau de urbanização no Brasil na década de 1960	45
Figura 6: Grau de urbanização no Brasil na década de 1970	46
Figura 7: Grau de urbanização no Brasil na década de 1980	47
Figura 8: Grau de urbanização no Brasil na década de 1991	48
Figura 9: Grau de urbanização no Brasil na década de 2000	49
Mapa 1: Localização da RMF no Ceará e no Brasil.....	52
Mapa 2: Eixos de acesso da RMF	53

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1 – Estimativa da População em Idade Ativa, segundo Condição de Atividade na RMF (2009-2010)	55
Tabela 2 - Estimativa da População em Idade Ativa, segundo Condição de Atividade na RMF (2011-2012)	56
Tabela 3 – Estimativa do Número de Ocupados, segundo Setores de Atividade Econômica. RMF (2009-2010)	59
Tabela 4 – Estimativa do Número de Ocupados, segundo Setores de Atividade Econômica. RMF (2011-2012)	60
Tabela 5 – Estimativa do Número de Ocupados, segundo Posição na Ocupação. RMF (2009-2010)	61
Tabela 6 – Estimativa do Número de Ocupados, segundo Posição na Ocupação. RMF (2011-2012)	62
Tabela 7 – Rendimento Médio Real (1) dos Ocupados, segundo Posição na Ocupação. RMF (2009-2010)	63
Tabela 8 – Rendimento Médio Real (1) dos Ocupados, segundo Posição na Ocupação. RMF (2011-2012)	64
Gráfico 1 – Taxas de desemprego, por tipo. RMF (2009/2010)	57
Gráfico 2 – Taxas de desemprego, por tipo. RMF (2011/2012)	58

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
2. O MERCADO DE TRABALHO E SUAS TRANSFORMAÇÕES.....	16
2.1. Uma análise histórica sobre o mercado de trabalho.....	16
2.2. Países subdesenvolvidos: evolução histórica, econômica e mercado de trabalho....	23
2.2. Abordagem panorâmica do setor formal e informal.....	27
3. O CENÁRIO POLÍTICO, ECONÔMICO E SOCIAL DO BRASIL E DAS REGIÕES METROPOLITANAS.....	30
3.1. Um breve histórico sobre a formação econômica do Brasil.....	30
3.2. Brasil: um país rico, industrializado e subdesenvolvido.....	33
3.3. A Urbanização brasileira e as distinções das regiões metropolitanas e não-metropolitanas nas últimas décadas.....	40
4. A REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA.....	50
4.1. Origem, evolução e o contexto urbano atual da RM de Fortaleza.....	50
4.2. O Mercado de trabalho na Região Metropolitana de Fortaleza.....	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	65
REFERÊNCIAS.....	68
SITES CONSULTADOS.....	71
ANEXOS.....	72

1. INTRODUÇÃO

A Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) é considerada hoje, em termos populacionais, como uma das 120 maiores regiões metropolitanas do mundo. Desde a sua criação, entre os anos de 1973 e 1974, a Região Metropolitana de Fortaleza tem como objetivo, assim como as demais Regiões Metropolitanas Brasileiras instuídas por Lei Federal, a integração e o desenvolvimento dos municípios.

Este conjunto de municípios constitui-se num importante aglomerado demográfico, no qual possui grande expressão política e econômica. Nessa região, onde a atividade econômica torna-se crescente, o mercado de trabalho tem se apresentando num contexto diferenciado. O setor de serviços, indústria de transformação e a construção civil são as principais responsáveis na geração de postos de trabalho no setor formal da RMF. Todavia, ao se analisar o mercado de trabalho local, de uma forma geral, é importante levar em conta os seguintes aspectos: a segmentação do mercado e o desemprego, a situação da mão de obra, as diferenças de comportamento entre os diversos indicadores do mercado de trabalho, além de se fazer uma análise geral de todos os mecanismos que compõem o mercado de trabalho.

Numa tentativa de entender o mercado de trabalho nesta região, e seus aspectos socioeconômicos, é necessário observar a evolução do mercado de trabalho e fazer uma leitura dos principais segmentos que conformam a base desse mercado, que são: a população em idade ativa (PIA), a população não economicamente ativa (PNEA) ou população economicamente inativa (PEI), como componente da PIA que não pressiona o mercado de trabalho como vendedora de sua força de trabalho, e a população economicamente ativa (PEA), que pressiona efetivamente o mercado de trabalho, ocasionando a oferta de mão de obra.

A parcela da população fora da PIA são as crianças, os adolescentes e os idosos. No Brasil, a idade das pessoas que entram no mercado de trabalho legalmente passou de 14 para 16 anos. Isso está associado a todas as questões e os problemas associados ao desemprego no Brasil. Essa situação ocorre porque as empresas querem substituir a população trabalhadora adulta por adolescentes e jovens e ainda impor limites quanto à idade, aumentando a discriminação por pessoas acima de 40 anos ou bem menos que isso. Dessa forma, as leis

trabalhistas impõem restrições às empresas de terem total liberdade na contratação de funcionários. O Brasil passa por muitas inadequações em sua força de trabalho, o que requer mudanças de médio e longo prazo para que se reduza a baixa escolaridade da população e contribua para uma melhor distribuição de renda, em geral, entre os trabalhadores, o que consequentemente deve ser proveniente de uma melhor distribuição salarial.

A título do estudo proposto, a análise apresenta como a população economicamente ativa da Região Metropolitana de Fortaleza se comporta dentro do mercado de trabalho local, a qual contempla os ocupados e desocupados. E é com um forte embasamento histórico que se pode tentar esclarecer melhor às condições do mercado de trabalho na região metropolitana e no país. Nesse contexto o valor da educação torna-se um elemento fundamental para inserção do trabalhador no mercado de trabalho.

A população residente da Região metropolitana de Fortaleza foi considerada, a partir de 2004, como adulta, haja vista que 50,77% dela possuíam idade igual ou superior a 25 anos. Dando um salto até 2010, o desempenho do mercado de trabalho na RMF apresentou resultados muito positivos, mas se mostrou menos dinâmico do que em 2009, com a ocupação crescendo e o desemprego caindo mais lentamente. Dados do PNADE de 2009 mostram que é cada vez mais elevado o crescimento da População Economicamente Ativa na Região Metropolitana de Fortaleza.

Constatou-se ainda a expansão do emprego no setor privado com carteira assinada, ampliando o nível de formalização do mercado de trabalho local, o rendimento médio real do trabalhador cresceu, assim como a massa de rendimentos do trabalho.

As informações obtidas destacam alguns impactos da evolução positiva do mercado de trabalho da RMF sobre a força de trabalho feminina, ou seja, verifica em que medida as mulheres se apropriaram desta conjuntura favorável dos últimos anos, utilizando como fonte de informação a base de dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Fortaleza (PED/RMF), destacando especialmente os anos de 2009 a 2013. De acordo com os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), desde 2007 houve um efetivo crescimento da participação feminina, tendo como principais setores de atividade os serviços, a administração pública e a indústria de transformação.

O objetivo da pesquisa é analisar como o mercado de trabalho se comporta na Região Metropolitana de Fortaleza no período de 2009 a 2012, caracterizando o perfil do trabalhador e verificando o fenômeno da informalidade tudo isso dentro do contexto do subdesenvolvimento brasileiro, apresentando origem, seus agentes econômicos, seus participantes, as dificuldades de acesso ao mercado de trabalho e seu crescimento.

O subdesenvolvimento hoje ainda atinge mais da metade da população mundial, incluindo aquelas economias que estão em fase de transição como a China, a Mongólia e o Vietnã. Mas a realidade do subdesenvolvimento é mais antiga, desde que as colônias se tornaram Estados-Nações e politicamente independentes e passaram a compor o rol dos países subdesenvolvidos neste cenário. Este fenômeno ocorreu na América Latina desde o início do século XX.

A RMF apresenta sinais de desestruturação no mercado de trabalho, cujos principais motivos são a precarização e o desemprego, que podem ser considerados típicos de uma economia subdesenvolvida. Além de possuir taxas comprimidas de assalariamento, forte informalidade, baixos salários e um elevado grau de subemprego.

Embora haja boa oferta nos postos de trabalho, a mão de obra não é qualificada em sua maioria, aumentando assim o desemprego e a baixa produtividade. Outro problema preocupante é o fenômeno observado por intermédio da sobrexploração da força de trabalho. As causas desses problemas podem ser encontradas no processo de reestruturação das empresas privadas, no modelo de ajuste do setor público, reinserção externa e até alterações na composição da demanda agregada.

A metodologia deste trabalho é baseada numa pesquisa bibliográfica com tipologia explicativa e comparativa, recorrendo aos artigos científicos, livros, jornais, revistas, coletando os dados de órgãos econômicos e sociais que tratam de emprego e desemprego no Brasil e na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), e junto a essas instituições que fazem pesquisa e coleta de dados nos municípios de formam a Grande Fortaleza, fazendo uma observação ativa, confrontando informações e pontos de vistas, sobretudo o que envolve o mercado de trabalho na região, como a constituição, setores da economia, funcionalismo, participação da mão de obra, empregadores, principais dificuldades e resultados obtidos.

2. O MERCADO DE TRABALHO E SUAS TRANSFORMAÇÕES

2.1. Uma análise histórica do mercado de trabalho

Um panorama sobre trabalho e mercado de trabalho requer uma pesquisa detalhada e um mergulho na história, a fim de explicar as transformações no processo de evolução da sociedade e fazer uma análise crítica do sistema de produção capitalista, pois é nesse período que a força de trabalho se torna uma mercadoria¹.

O mercado de trabalho relacionado à produção de mercadorias existe há pouco mais de quatro séculos e seu desenvolvimento inicial coincide com o período manufatureiro, cuja realização se deu a partir de meados do século XVI (MARX, 1985), porém o trabalho acompanha o homem desde o começo de sua existência, tornando-se parte essencial na sua vida. Guiado pela necessidade, tendo de enfrentar a fome e se defender das condições climáticas e dos perigos que o cercavam, o ser humano buscou artifícios para garantir a sua sobrevivência.

Ele precisou caçar e pescar, se cobrir contra o frio, inventar armas para se proteger de animais selvagens e desenvolver ferramentas para uso em suas tarefas. É um período bastante remoto, no qual o ser humano vive totalmente na luta pela sobrevivência. Pode-se considerar que “o homem vive da natureza” e como tal tem o poder de transformá-la, e o fez através de seu trabalho, o qual se tornou a base de sua vida (MARX, 2004, p. 84). Conforme Engels, à medida que o homem desenvolve sua capacidade intelectual e a ciência, ele desenvolve da mesma forma seu conhecimento acerca dos fenômenos que envolvem a natureza e assim pode compreender melhor seu comportamento, a fim de suprir suas necessidades. Engels (2004) quer dizer que o homem domina a natureza e assim sendo domina a si próprio.

Embora tenha sofrido críticas por o terem colocado como um autor numa visão de dominação, Engels (2004, p. 29) torna mais claro sua explanação:

¹ Marx identifica que a compra e a venda da força de trabalho é o alicerce do capitalismo. Contudo, historicamente a força de trabalho na antiguidade já era uma mercadoria restrita aos exércitos mercenários, ou seja, utilizada na guerra. Já na era do capitalismo, o assalariamento (ou o comércio da força de trabalho) passa a ser a base direta da produção de mercadorias.

Assim, a cada passo, os fatos recordam que nosso domínio sobre a natureza não se parece em nada com o domínio de um conquistador sobre o povo conquistado, que não é o domínio de alguém situado fora da natureza, mas que nós, por nossa carne, nosso sangue e nosso cérebro, pertencemos à natureza, encontramos-nos em seu seio, e todo o nosso domínio sobre ela consiste em que, diferentemente dos demais seres, somos capazes de conhecer suas leis e aplicá-las de maneira adequada (...). E quanto mais isso seja uma realidade, mais os homens sentirão e compreenderão sua unidade com a natureza, e mais inconcebível será essa idéia absurda e antinatural da antítese entre o espírito e a matéria, o homem e a natureza, a alma e o corpo, idéia que começa a difundir-se pela Europa sobre a base da decadência da antiguidade clássica e que adquire seu máximo desenvolvimento no cristianismo.

É através da força de trabalho em qualquer sociedade que o processo produtivo se torna essencial. A força de trabalho depende da sua própria reprodução. O homem mesmo que de forma empírica busca através de suas experiências enriquecer seu conhecimento através das forças naturais e assim aprende a trabalhar e a compreender como essas forças se comportam e são determinadas. E é através desse conhecimento que o homem pode aprimorar suas técnicas produtivas.

Somente numa época bem posterior do desenvolvimento da sociedade o comércio emergiria e o sistema de trocas instalaria um regime onde a força de trabalho passa a ser vista como instrumento de utilização e troca privada.

Conforme Marx (1985), a força de trabalho é fundamental para as forças produtivas. E, segundo o mesmo autor, é definida como um conjunto de faculdades físicas e mentais que existem na personalidade do homem, que postas em ação, junto a outras forças da natureza, produz valor de uso. No capitalismo, a força de trabalho se torna uma mercadoria, a qual tem um valor definido pelo tempo de trabalho gasto necessário para que se possa produzi-la. O trabalho que sempre teve um papel importante e fundamental em todas as sociedades possui uma ligação tênue com o homem, tendo a capacidade de transformar o ambiente em que vive.

A importância do trabalho para o homem é detectada por Marx como um meio de opressão da classe dominante capitalista para se ter domínio sobre as classes oprimidas, e que neste sentido seria preciso romper com a imposição do ciclo capitalista para que o trabalho não se tornasse uma mercadoria. Essa importância atribuída ao trabalho, na obra de Marx, pode ser considerada uma herança da Economia Política Clássica e das transformações do pensamento (e da própria realidade) oriundas da transição do feudalismo para o capitalismo.

No período manufatureiro, que se estende até as três últimas décadas do século XVIII, se desenvolve a divisão do trabalho e, com ela, a simplificação das tarefas relacionadas à produção torna a força de trabalho cada vez mais desvalorizada. Com a revolução industrial, o modo de produção se tornou mais avançado e organizado e o trabalho que antes era feito manualmente passou a ser feito por máquinas, onde se passou a produzir mais mercadorias em pouco tempo. A substituição do trabalho manual por máquinas teve como característica marcante a intensificação da divisão do trabalho, que era feito por etapas com funções específicas com o intuito de tornar o processo de produção industrial cada vez mais eficaz e rápido. O artesão na Idade Média que tinha acesso às matérias-primas necessárias para a fabricação de um produto dominava as técnicas e o conhecimento para criação de um produto manufaturado.

É mediante a introdução da indústria manufatureira, divisão do trabalho e, posteriormente, da maquinaria moderna e através das relações de assalariamento que a cooperação entre os trabalhadores se desenvolve. A indústria manufatureira surge como um aumento de escala num primeiro momento e depois a divisão do trabalho se amplia cada vez mais até o aparecimento da maquinaria moderna com a Revolução Industrial Marx (1985).

Neste novo cenário o artesão perde sua capacidade produtiva e troca sua força de trabalho, procurando trabalhar junto à burguesia capitalista que já dominava todo o conhecimento tecnológico e a compra de matérias-primas. É neste contexto, com o crescimento da indústria e a especialização do trabalho, que a alienação do trabalho se materializa, tanto mediante a sua crescente simplificação como pela produção permanente de uma superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, conforme definido por Marx (1985).

Foi no período da Idade Moderna que esse processo de produção de mercadorias predominou, expandindo o comércio e o mercado consumidor. Com cada trabalhador exercendo uma função numa determinada fase, assim a manufatura acaba sendo à base da divisão do trabalho. O trabalhador fabrica a manufatura num processo de produção coletiva, o que aumenta a produtividade do trabalho num processo que Marx chamou de cooperação. Por conseguinte, Adam Smith destacou que é através da divisão do trabalho que a força de

trabalho aumenta a capacidade de produção e se torna consideravelmente superior em relação ao pastoreio ou à produção agrícola.

Smith (1983, p. 43) explica as vantagens da divisão do trabalho:

Esse grande aumento da quantidade de trabalho, que em consequência da divisão do trabalho, o mesmo número de pessoas é capaz de realizar, é devido a três circunstâncias distintas: em primeiro lugar, devido à maior destreza existente em cada trabalhador; em segundo, à poupança daquele tempo que, geralmente, seria costume perder ao passar de um tipo de trabalho para outro; finalmente, à intenção de um grande número de máquinas que facilitam e abreviam o trabalho, possibilitando a uma única pessoa fazer o trabalho que, de outra forma, teria que ser feito por muitas.

Há milhares de anos que o trabalho vem se modificando conforme o tempo e a região. O próprio capitalismo, que historicamente é mais recente do que o trabalho nasceu e se desenvolveu paulatinamente e, segundo Hunt (2005), nasceu na Europa Ocidental e posteriormente se espalhou por todo o mundo. O sistema feudal se formou em apenas duas camadas sociais, no qual havia senhores donos de terras que tinham total domínio sobre os demais indivíduos, servos e camponeses, que viviam dentro das propriedades dos senhores feudais, num modelo de fidelidade aos mais poderosos e proteção aos mais fracos.

Será com o repovoamento das cidades que antes haviam sido despovoadas no período da Alta Idade Média, principalmente com a economia interna europeia, que crescia sua produção agrícola, tornando cada vez mais possível a propagação do comércio interno, como o externo que comércio inicia seu processo de expansão.

Os meios de transporte e um melhor recurso de energia possibilitaram a concentração do povoamento nas cidades e conseqüentemente aumentarem mais os lucros, vendendo as mercadorias para outros países fora da Europa. Com a volta da moeda como meio de troca e o desenvolvimento na indústria e agricultura, o comércio pôde se propagar e estimular a indústria e as cidades.

A moeda havia se tornado novamente o principal meio de troca, e como o comércio já havia crescido bastante no final do século XV, as crescentes revoltas camponesas, e uma sucessão de revoltas que se espalhavam por toda a Europa. Aos poucos o capitalismo vai se

apresentando com mais intensidade e vai deixando para trás o antigo e decadente regime para desenvolver um novo sistema que pudesse resolver os problemas de uma população que só crescia e não atendia mais as suas necessidades. No desenvolvimento do capitalismo a mudança das relações de produção que ocorre no decorrer do processo de transição, no qual as relações de produção que eram baseadas num regime de servidão se tornaram uma barreira para as forças produtivas materiais, ajustando as novas relações com o modo de produção em evolução. Sobretudo, com o surgimento da manufatura, quando se desenvolve a relação de compra e venda (ou o mercado) de força de trabalho, no qual as relações de produção eram assalariadas (MARX, 1985).

No início do século XVI, ocorreram profundas mudanças na economia e na sociedade europeia o que reforçava cada vez mais a introdução do capitalismo na vida das pessoas. A população tinha crescido quase um terço durante o século XVI, e neste período uma das mais importantes mudanças que ocorreu na sociedade e na economia foi o surgimento da classe trabalhadora que vendia seu único meio de produção: a sua força de trabalho.

O comércio que progredia mais e mais aumentava a necessidade de se produzir mercadorias em maior escala e com o aparecimento da indústria, substituía-se as oficinas dos artesãos e pequenos produtores. O capitalista, dono de toda a produção, precisava contratar trabalhadores para fabricação das mercadorias e utilização das máquinas e ferramentas. Além disso, as matérias-primas eram fornecidas pelos capitalistas, que em troca recebiam a mercadoria pronta. Os trabalhadores, por sua vez, vendiam sua força de trabalho (HUNT, 2005, p. 14).

Com o mundo se adaptando às novas transformações que posteriormente viriam a mudar as estruturas socioeconômicas, políticas e até culturais, o mercado de trabalho também teve de acompanhar as novas mudanças. A revolução industrial, os avanços tecnológicos e a mecanização industrial contribuíram bastante para selar a transição do sistema feudal para o capitalista. Na Inglaterra com o avanço tecnológico, as indústrias começaram a se espalhar pelo país, promovendo novas mudanças. Com o comércio inglês crescendo, a concorrência se fazia presente, ou seja, quanto mais o comércio se expandia, mais a concorrência aumentava, e para acabar com a concorrência os comerciantes começaram a baixar os preços.

Conseqüentemente, a burguesia investiu maciçamente em suas fábricas e máquinas. Com a indústria se desenvolvendo, a produção se tornava em alta escala, já os produtos eram fabricados com maior rapidez, o que provocou a ruína dos artesãos. Nessa mesma época, houve importantes transformações, como a implantação de um significativo e poderoso sistema bancário, além da revolução agrícola (HUNT, 2005).

No mundo capitalista, em que as trocas comerciais são a chave indispensável para que o sistema funcione, será naturalmente pela oferta e a demanda que se verifica como isso acontece numa economia. De maneira geral, qualquer que seja o mercado em questão, comprar e vender são os fatores que movimentam o comércio, e no mercado de trabalho o que torna isso possível será a procura por mão de obra e a oferta por trabalho.

Essa transação irá determinar as decisões e influências que ocorrem no mercado de trabalho, tais como os níveis de salário dos trabalhadores, as condições da classe trabalhadora e o comportamento das empresas na contratação de empregados.

Como se observa, as características do mercado de trabalho não se formaram da mesma maneira no mundo. E por se tratar de uma temática complexa, apresentar as diferenças entre as regiões definidas como desenvolvidas e subdesenvolvidas deixarão mais claras as contradições que existem entre os países assim definidos, além de ideias políticas e econômicas como as neoliberais que defendem a mínima participação do governo nos rumos que seguem a economia e inclusive com pouca intervenção no mercado de trabalho, porém tais políticas econômicas não dão suporte para que a periferia seja favorecida. Talvez, através destas distinções, possíveis soluções possam surgir para tentar equilibrar os problemas entre essas duas vertentes.

Nos últimos vinte anos, com o avanço tecnológico e o surgimento da globalização o mercado de trabalho nas sociedades sofreu profundas modificações, principalmente com o aumento do desemprego que atinge todos os países do mundo, sobretudo os países subdesenvolvidos que apresentam um alto índice de atividades informais e grande desigualdade social. A partir dos anos 1990 do século passado, as políticas de ajuste estrutural impostas aos países subdesenvolvidos, subordinadas à visão neoliberal dominante, após o fim do mundo bipolar, estão gerando maiores dificuldades aos mercados de trabalho dos países

subdesenvolvidos e ampliando a vulnerabilidade dessas economias. De um lado, a dominância da política monetária controla a inflação e os gastos públicos e a agenda neoliberal produz um processo de privatização das empresas estatais, ampliando a internacionalização dessas economias dominadas agora pelas firmas-rede mundiais. De outro lado, os países subdesenvolvidos sofrem um processo de maior fragilização, pois, na corrida por atrair investimentos diretos estrangeiros, é preciso mostrar-se competitivo e reduzir mais ainda os direitos sociais em vigor (CARLEIAL, 2010).

As economias periféricas como o Brasil possuem uma condição desigual no mercado internacional, pois estão na condição de países agroexportadores o que torna um país periférico dependente de países centrais e, segundo a teoria da dependência, as relações comerciais entre os países subdesenvolvidos e desenvolvidos são completamente desfavoráveis aos primeiros (CARLEIAL, 2010).

Tudo isso, pode impactar diretamente sobre a geração de novos postos de trabalho e no crescimento da renda. A consequência clara sobre a constituição dos mercados de trabalho é a tendência permanente ao subemprego estrutural causado pela heterogeneidade estrutural (PINTO, 2000), que gera uma insuficiência dinâmica do ritmo da acumulação, quando comparada com a suficiência dinâmica dos países centrais.

Assim, o subemprego cresceria de modo contínuo, tanto em termos absolutos como relativos, gerando um resultado devastador, qual seja, o emprego corresponderia a uma percentagem decrescente da ocupação total. Por trás desse resultado desastroso do mercado de trabalho estariam a lenta ascensão da renda *per capita* e a incapacidade do crescimento setorial em absorver a força de trabalho disponível (CARLEIAL, 2010). Será através da sobreexploração dos trabalhadores² que, segundo Marini (2000), os países agroexportadores vão compensar as perdas tidas nas relações comerciais com os países centrais.

² O argumento central de sua análise, então, é a superexploração da força de trabalho, que significa um regime de regulação da força de trabalho em que a acumulação de capital repousa especialmente em grau elevado da exploração da força de trabalho, e não, como seria necessário, na ampliação da capacidade produtiva dos trabalhadores, mediante a incorporação dos avanços permitidos pelo desenvolvimento tecnológico. Esta parece ser a contribuição mais especial sobre a constituição dos mercados de trabalho em países subdesenvolvidos. O resultado seria uma redução do valor capital, o que, agregado à intensificação do trabalho, levaria a uma ampliação das taxas de mais-valia e de lucro. Isto significaria que o salário é menor do que o custo de reprodução da força de trabalho, o que explicitaria a superexploração do trabalho (CARLEIAL, 2010).

2.2 Países subdesenvolvidos: evolução histórica, econômica e mercado de trabalho

Autores, Celso Furtado (1998), explicam que após a Segunda Guerra Mundial, surgiu uma definição para países com economia atrasada, no qual o termo subdesenvolvimento foi criado, sendo assim ao considerar que países com economia atrasada, com má distribuição de renda, isto é, com riqueza concentrada, dependente principalmente de tecnologia, com baixa renda *per capita*, além de ter baixo índice de escolaridade e problemas com desemprego e subemprego, fome e desnutrição, moradia e saúde fossem designados como países subdesenvolvidos. Todos esses fatores colocam os países subdesenvolvidos num nível bem abaixo de nações desenvolvidas, o que se leva a pensar que essa diferenciação entre as nações desenvolvidas e subdesenvolvidas favorece não apenas os países reputados como ricos, mas os considera como superiores às demais nações.

Figura 1: Países do “primeiro”, “segundo” e “terceiro” mundos – 1989



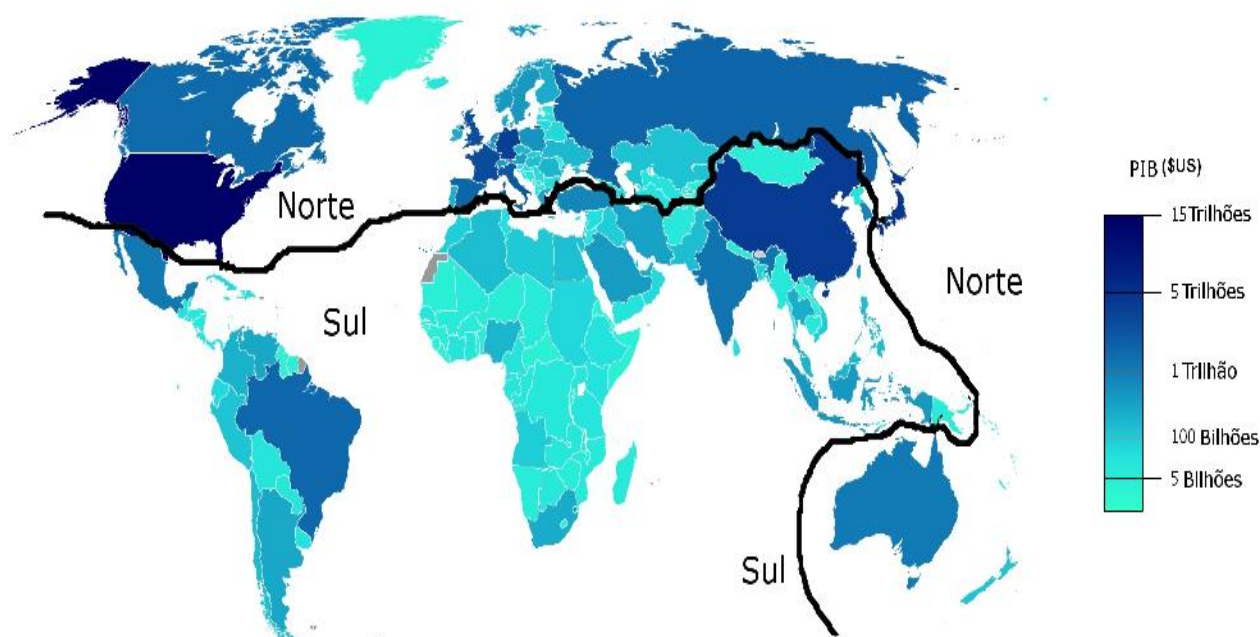
Fonte: Demétrio Magnoli. *O novo mapa do mundo*. São Paulo, Moderna, 1993.

Até o ano de 1989, havia uma teoria chamada de “teoria dos mundos” na qual se dividia os países em primeiro, segundo e terceiro mundo, e em dois sistemas distintos: o capitalismo e o socialismo. Com o segundo mundo formando o conjunto dos países

socialistas, com características de uma economia estatal e planejada, e os países do primeiro e terceiro mundos formando o sistema capitalista, com os ricos de economia desenvolvida e industrializada, isto é, o primeiro mundo, e os pobres com economia menos desenvolvida, ou não industrializada, ou pouco industrializada, ou seja, o terceiro mundo. Mas essa teoria não se sustentou e o segundo mundo entrou em declínio com a crise do socialismo na União Soviética e as economias desses países transitando para o capitalismo.

O mundo, então, é dividido em norte e sul, ou centro-periferia, numa nova divisão política e econômica, para que o conceito de “teoria dos mundos” se tornasse atualizada. E, a partir de então, os países do norte e ricos eram separados dos países pobres num grupo de desenvolvidos e subdesenvolvidos. Os países subdesenvolvidos antes chamados de terceiro mundo se localizam ao sul de uma linha imaginária, e ao norte estão os países mais desenvolvidos, como se observa na figura 2.

Figura 2: Mapa do Mundo Multipolar e a divisão Norte-Sul - 1989



Fonte: Organização das Nações Unidas

As diferenças entre os países sempre existiram, mas com a expansão do capitalismo estas se acentuaram ainda mais. Os países subdesenvolvidos têm mais de 80% da população mundial e são classificados em:

- Países subdesenvolvidos marginais com pouquíssima expressividade na economia, ou na população, e até em seu território;
- Países subdesenvolvidos agrícolas e mineradores com a sua produção voltada exclusivamente para exportação de commodities. Esses países são a maioria dos países subdesenvolvidos;
- Países subdesenvolvidos e industrializados, ou países emergentes, como o caso do Brasil, China, Índia e África do Sul que impulsionaram seu processo de desenvolvimento de industrialização logo após a segunda guerra mundial.

A Teoria Estruturalista, segundo Chiavenato (2003), aponta que foi a através da exploração externa que os países subdesenvolvidos não obtiveram progresso e que ainda hoje existem bloqueios estruturais, como a dependência tecnológica, e em vista disso possuem desvantagem competitiva, pois exportam basicamente matéria-prima, o que é bem irrelevante no mercado internacional, já que o produto não-industrializado possui menor valor no mercado, o que, por sua vez, provoca desvalorização cambial com déficits comerciais e do balanço de pagamentos. Neste contexto, são os países ricos que dominam o mercado financeiro mundial.

No campo das análises sobre mercado de trabalho, numa visão do pensamento latino-americano sobre a periferia, a Teoria da Dependência, na qual Marini apresenta e Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto se contrapõem, é ainda vista como um auxílio fundamental na explanação de como funciona o mercado de trabalho neste espaço geográfico que inclui a América Latina com suas diferenças e contradições (CARLEIAL, 2010).

Segundo a Teoria da Dependência, no período colonial as nações dominantes exploraram todas as colônias de forma violenta e se apropriaram de suas riquezas, além de obrigá-las a manter um comércio exclusivo e totalmente a favor das chamadas metrópoles, e foram através dessas relações de trocas que foram gerados os países subdesenvolvidos. Esta realidade não se verifica apenas na América Latina, mas em outras regiões também antes dominadas, como Ásia e África.

No Processo de Substituição de Importações³, países latino-americanos, como Brasil, Argentina e México, se valeram da ruptura com o comércio internacional devido às guerras mundiais e estimularam a sua produção interna com o intuito de promover o crescimento do setor industrial e assim obter controle nas taxas de câmbio. Esse processo chamado de “industrialização tardia” contribuiria para o desenvolvimento econômico ao mesmo tempo em que aumentaria as taxas de crescimento de renda e emprego. A economia no período anterior ao golpe militar de 1964 no Brasil mostrava-se enfraquecida, apresentando um alto índice inflacionário e o crescimento do PIB bem inferior ao crescimento populacional. Após o golpe militar, o Brasil foi submetido à Ditadura Militar de 1964 a 1985. A economia do país se abriu para os investimentos estrangeiros. Nessa época o Brasil ampliou fortemente sua dívida externa, através de empréstimos e de uma política de créditos, principalmente com os Estados Unidos.

O Brasil, por sua vez, eleva suas taxas de crescimento econômico muito além do esperado, mas não consegue promover seu desenvolvimento no mesmo ritmo, o que se observa bem na realidade atualmente.

Segundo Celso Furtado, a industrialização das economias subdesenvolvidas teve seu desenvolvimento em seu processo de especialização de produtos primários. No Brasil, a especialização de alguns produtos primários e a demanda por esses produtos fizeram com que aumentasse a produtividade e o crescimento da economia, o que provocou uma diversificação na demanda global e deu origem a um mercado interno de produtos manufaturados.

A economia brasileira, que até meados dos anos 1930 só crescia graças ao setor de exportação, começou a se deparar com o que Celso Furtado e Raúl Prebisch chamaram de “teoria dos choques adversos” no qual argumentavam que com o setor agroexportador entrando em crise o país voltava sua economia para o mercado interno, considerando o balanço de pagamentos, aumentando os preços dos produtos importados e colocando obstáculos no setor de exportações.

³ Economistas da **CEPAL**. Nos anos de 1930 o Brasil impulsionou e diversificou a indústria doméstica com a Substituição de Importações, na qual o país passou a produzir tudo àquilo que importava.

O processo de Substituição de Importações no Brasil, por um lado, tornou o país mais industrializado e menos dependente da ordem econômica mundial, mas ao tentar proteger o capital nacional e fechar sua economia deixou sua indústria atrasada tecnologicamente e incapaz de enfrentar a concorrência externa o que também aumentou mais ainda a concentração de renda e piorou os indicadores sociais ao favorecer o capital nacional em detrimento ao trabalho.

No cenário atual, com a globalização neoliberal atuando de forma crucial no mundo, principalmente nos países periféricos, as mudanças trazidas com essa integração têm como consequência fortes transformações no mundo do trabalho, como o desemprego, as terceirizações, empregos precários e a alta informalidade.

2.3. Abordagem panorâmica do setor formal e informal

No mercado de trabalho existe uma inter-relação entre os setores formal e informal. Isso ocorre tanto num grande fluxo de trocas de bens e serviços como no fluxo de renda consolidando uma ligação entre esses setores.

Nos países desenvolvidos e principalmente nos países subdesenvolvidos, a evolução das atividades informais no decorrer dos anos de 1970 foi abordada por muitos pesquisadores, onde surge um novo conceito de informalidade nas relações do trabalhador e meios de produção. Esse conceito se refere a formas de inserção dos trabalhadores na produção. Com um enfoque mais dinâmico, a ocorrência da informalidade é reconhecida sob as muitas formas de inserção dos trabalhadores informais, como os trabalhadores sem remuneração, aqueles que trabalham por conta própria, pequenas empresas (SILVA, 2003).

O setor informal reconhecido como uma atividade econômica e dinâmica no mercado havia se tornado um importante mecanismo para a economia capitalista. A própria globalização criou novas formas de se obter renda sem que haja uma relação com o emprego.

Mas somente com o Programa Regional de Emprego para a América Latina e Caribe (PREALC) que a evolução das pesquisas e estudos identificou as inter-relações e interdependências entre o setor formal e informal. Observou-se que muitos são os vínculos

que existem entre os trabalhadores informais, os pequenos produtores e até atividades da indústria e o comércio para a economia capitalista.

As rendas obtidas pelo setor de informalidade resultavam e dependiam dos fluxos de renda do setor formal, como as despesas dos empregados do setor formal e das pessoas que recebem auxílio do governo, como os trabalhadores que estão fora do mercado de trabalho temporariamente, como o seguro desemprego ou a restituição das contribuições feitas à previdência social. No caso do Brasil, o FGTS e as indenizações trabalhistas constituem um retorno significativo com os valores obtidos com os fluxos de renda para os trabalhadores que estão desempregados e até aos aposentados que possuem empreendimentos no setor informal (BORGES; FRANCO, 1999).

Com isso, o setor informal não possui características que o associem a baixa produção e qualidade de mercadorias e que sejam ofertadas apenas para a população mais pobre, além de não o caracterizar necessariamente como uma atividade de baixa remuneração diretamente ligada a baixos níveis de renda. No caso do setor informal, o nível de renda irá depender de fatores como os custos na produção, qual ramo de atividade e tipo de mercado que está sendo comercializada a mercadoria. Esta realidade foi observada em muitos países do mundo, principalmente nos países subdesenvolvidos (SILVA, 2003).

O que aconteceu no Brasil não foi muito diferente do que ocorreu na América Latina. O êxodo rural foi uma das explicações para o fenômeno da informalidade, sob o argumento de que com o avanço tecnológico que havia se instalado na zona rural os trabalhadores abandonavam a atividade agrícola já que os ganhos com a produção agrícola eram muito baixos, havia concentração dos proprietários de terras e as cidades urbanas estavam se tornando cada vez mais atrativas. A migração da população do campo para as cidades entre os anos de 1950 e 1980 contribuiu efetivamente para o aumento do excedente de trabalhadores na zona urbana brasileira (JAKOBSEN, 2000). E o Brasil, nos anos de 1990, com a abertura da economia comercial e financeira, houve profundas mudanças como o controle das taxas de inflação, que após muitas crises finalmente havia alcançado índices muito baixos, as privatizações de estatais marcaram profundamente a estrutura da economia brasileira, em sua atividade econômica e principalmente no mercado de trabalho.

A indústria era o principal setor da economia até meados dos anos 1980 como o maior gerador de empregos formais, porém reduziu drasticamente sua participação no mercado de trabalho, ao menos tempo em que o setor de serviços havia crescido bastante na década dos anos 1990. As relações de emprego e trabalho se tornaram mais desestruturadas nos anos 1990, devido à precarização do mercado de trabalho, aos subempregos e o aumento do setor informal.

Conforme a apresentação histórica, econômica, social e até cultural dos setores formal e informal no Brasil pode se alcançar um melhor entendimento sobre as características desses setores nas regiões metropolitanas. No setor informal, grande parte dos indivíduos que trabalham por conta própria não tem vontade, pelo menos não de imediato, de trocar sua atividade por um emprego com carteira assinada, por acreditarem em seu potencial nas atividades que exercem.

3. O CENÁRIO POLÍTICO, ECONÔMICO E SOCIAL DO BRASIL E SUAS REGIÕES METROPOLITANAS

3.1 Um breve histórico sobre a formação econômica do Brasil

A economia brasileira desde o início de sua colonização, já nas primeiras décadas dos anos de 1500, se apresentou essencialmente exportadora de produtos primários – ou uma economia primário-exportadora – e seu primeiro produto de exportação girou em torno do pau-brasil, pois dele se podia extrair um corante já conhecido pelos europeus para se produzir tinta para móveis e tecidos. Somente com o monopólio real português a extração do pau-brasil era permitida.

Tal extração beneficiaria a Coroa portuguesa, gerando lucros e dividendos. Foi neste período que a acumulação do capital se intensificou mediante o avanço da política mercantilista, onde o Estado metropolitano era responsável por manter uma balança comercial favorável, através de medidas protecionistas, elevando as taxas alfandegárias para proteger da concorrência estrangeira a produção nacional e impondo o monopólio comercial às colônias. O processo de acumulação de capital⁴ adquiriu forte impulso com a exploração que as colônias foram submetidas.

O Brasil, por mais de três séculos, desde o princípio de sua colonização, foi impedido por Portugal de desenvolver um setor industrial, já que a metrópole proibia a instalação de fábricas no território brasileiro, ou seja, continuaria sendo dependente do exterior e sempre com déficit em sua balança comercial (PRADO, Jr., 1971).

Conforme Furtado (2007), um aumento das exportações no início do século XIX possivelmente teria sido um fator preponderante para o desenvolvimento da economia brasileira. Mas neste período não houve um processo de industrialização no Brasil, embora no reinado de Dom João VI tivessem sido criadas tentativas de se implantar uma indústria siderúrgica, porém não se obteve êxito já que não havia mercado. Como o pouco comércio que existia estava desaparecendo desde a derrocada da mineração, essa indústria acabou

⁴ Ver: MARX, Karl. **O Capital**. L. I, Vol. II, cap. XXIV. **A Chamada Acumulação Primitiva de Capital**.

entrando em decadência, enquanto o comércio foi se dissipando para as outras províncias. Nesta época, se fez surgir à ideia de uma nova forma de industrialização e comercialização.

Para que isso pudesse acontecer de fato seria necessário trabalhar com mercadorias onde o comércio aparecesse com mais intensidade, a exemplo disso estavam os tecidos que se tornaram o principal produto do mercado, sendo utilizado até mesmo pelos próprios escravos. Contudo, esse comércio de tecidos havia se tornado um dilema para a população, pois os preços dessa mercadoria eram bem abaixo dos tecidos produzidos no artesanato local e mesmo com a cobrança de tarifas se tornara bastante inviável ao se disputar a indústria doméstica com os produtos importados (FURTADO, 2007).

Já a Inglaterra, que tinha fortes relações diplomáticas com o Brasil, se favorecia muito dessas relações, com uma maior facilidade em exportar seus produtos industrializados, principalmente após a abertura dos portos no reinado de D. João VI. Além de a Inglaterra ter uma vantagem esmagadora com o acordo comercial, detinha o monopólio tecnológico e não permitia de forma alguma a exportação de máquinas para o Brasil, pois não havia interesse em industrializar a colônia portuguesa, de modo que a intenção de se instalar uma indústria têxtil no Brasil não obteve sucesso, mas muitos empecilhos.

Com a virada do século XIX, várias foram razões que atrasaram a economia brasileira como o controle econômico da colônia passando para as mãos dos ingleses, até mesmo após o Brasil ter se tornado independente, o estancamento das exportações, a decadência da economia do ouro em Minas Gerais, que diminuiu as expectativas de prosperidade do Brasil, deixando o país mais uma vez numa economia desequilibrada com um mercado de produtos tropicais em condições de anormalidade. Os trinta primeiros anos do século XIX foram de uma economia parada, sem estímulos e em decadência. Nem mesmo a tecnologia da revolução industrial conseguiu entrar no Brasil e o pouco que influenciou não atingiu em quase nada o sistema produtivo, e a principal força de trabalho, a africana, havia praticamente se estagnado e não havia alternativas para ela (FURTADO, 2007).

Com os outros produtos entrando em decadência, o café que já era produzido na colônia desde o século XVIII ganha força no comércio e se encaixa inclusive muito bem nas condições de plantio que eram bem apropriadas para seu cultivo. Desde o início do século

XIX e com a independência do Brasil que o café agregava e alavancava o valor das exportações do país, ficando atrás apenas do algodão e do açúcar. E, posteriormente, em meados dos anos de 1830, o café se tornou o maior produto de exportação com quase cinquenta por cento das vendas no comércio internacional (FURTADO, 2007).

A indústria de café utilizava intensamente a mão de obra africana. Como para se produzir café era mais barato do que açúcar, e com a utilização de equipamentos mais simples e com o trabalho escravo, os custos da empresa de café se tornavam bem menores do que a produção de açúcar. E com os preços do café se recuperando bem mais rápido e os do açúcar permanecendo estáveis ou se reduzindo, a mão de obra foi impulsionada para o sul do país onde se concentrava a produção do café.

Somente no final do século XIX, com os produtores de café investindo seus lucros na exportação deste produto, que a indústria brasileira inicia seu processo de desenvolvimento. Surgiram outros ramos como calçados e tecidos, além de outras fábricas com uma produção mais simples, e foram os imigrantes europeus que começaram a trabalhar nas primeiras fábricas brasileiras.

Por volta de 1893-94, foram instaladas no Brasil inúmeras fábricas de tecidos de algodão, esse tipo de indústria passou a variar sua produção, fabricando artigos mais elaborados como estampados, tecidos finos e artigos de várias cores. No Brasil, no final do século XIX e início do século XX já haviam se estabelecido novas fábricas, como a de juta e a de lã, com capacidade de atender a demanda interna. Investimentos foram aplicados em outras indústrias como a produção de calçados e chapéus. Indústrias como as de cerveja e trigo, que já haviam se estabelecido no Brasil por volta de 1880, já alcançavam praticamente todo o mercado brasileiro até a metade do século XX (PRADO, Jr., 1971).

Outras indústrias, como as de metal-mecânica, investiram mais na produção de parafusos, pregos, ferragens para a construção, peças para motores, vagões de ferrovias, peças para bondes, máquinas que auxiliavam no cultivo do café e arroz, e equipamentos para construção. A modernização da indústria do açúcar começou neste período com o advento das usinas. Foram também realizados investimentos nas primeiras fábricas de papel e em duas

usinas de ferro-gusa, as quais permaneceriam como as únicas usinas em operação no país até o início da década de 1920 (SUZIGAN, 1986, p. 82).

Entre 1880 e 1930, a economia brasileira tem uma razoável dinâmica. O café, como atividade nuclear do complexo cafeeiro, possibilitou efetivamente o processo da acumulação de capital durante todo o período anterior à crise de 1930.

Isso se deveu, não só ao alto nível de renda por ele gerado, mas, principalmente, por ser o elemento diretor e indutor da dinâmica da acumulação do complexo, determinando inclusive grande parte da capacidade para importar; o café resolvia seu problema fundamental que era o da subsistência de sua mão de obra, atendia às exigências do consumo de seus capitalistas, às necessidades de insumos e de bens de capital para a expansão da economia, bem como indicava, em grande parte, os limites em que o Estado podia ampliar o seu endividamento externo (CANO, 1990, p. 122). Neste contexto, se observa que o maior fator de acumulação do sistema capitalista no Brasil no decorrer da República velha foi, sem dúvida, o café.

Um destaque importante da economia do café foi o impacto no qual as exportações do café tinham no comércio exterior e como isso afetava as políticas fiscais e cambiais brasileiras. O governo brasileiro até meados dos anos 1940 tinha como principal recurso os impostos das importações. Isso tudo impactando sempre na balança comercial e até nas contas do governo federal, que em qualquer flutuação no mercado as mudanças nas alíquotas de importação eram acompanhadas pelo governo.

Somente com uma infraestrutura preparada para atender as necessidades do setor cafeeiro que as bases da indústria no Brasil puderam se consolidar e criar condições para a acumulação capitalista industrial. Neste período, o fim do tráfico negreiro afetou positivamente a indústria e o comércio, já que os investimentos que antes eram empregados no tráfico agora foram voltados para essa atividade.

Conseqüentemente, a mão de obra escrava foi substituída pela mão de obra assalariada, o que, por sua vez, também pôde contribuir para que se formassem novas classes sociais.

3.2. Brasil: um país rico, industrializado e subdesenvolvido

O Brasil, como dito anteriormente, só edificou sua industrialização devido às infraestruturas montadas para atender às necessidades da economia cafeeira, como parte essencial da acumulação industrial. Uma característica marcante no período da industrialização brasileira está no fato de que não se teve um investimento do capital cafeeiro e internacional em sua implantação. O baixo nível econômico do país e, sobretudo, deficiências estruturais, tornaram o processo de capitalização – incluindo a formação do mercado de capitais – lento e muito débil (PRADO JR., 1970).

Numa primeira fase, que se inicia nos anos de 1930, com o intuito de promover a industrialização no país no governo Vargas que o chamado “desenvolvimentismo” tem sua fase de origem e posteriormente a partir dos anos 1950-60 em que o subdesenvolvimento já estava sendo estudado que o termo “desenvolvimentista-nacionalista” surge e as ideias desse pensamento foram lideradas por Celso Furtado no Brasil. É nesta mesma década que o processo de industrialização brasileiro aumenta sua diversificação e produtividade. E, após ter tido suas atividades voltadas para agricultura, à economia brasileira no decênio dos anos 1930 foi impulsionada a se desenvolver, tendo o setor industrial como o centro dinâmico da economia.

De acordo com Furtado (1982), é neste mesmo período que ocorre um crescimento na taxa anual de 5,2 por cento na produção industrial que, por sua vez, fez com que o PIB elevasse também sua taxa anual em 4,6 por cento. Ainda nos anos 1930, outros elementos importantes são criados como as leis para regulamentação do mercado de trabalho.

Neste período o trabalho começa a ganhar força na economia e na sociedade iniciando-se assim seu processo de regulamentação. Com a indústria crescendo nos anos 1930, as relações de trabalho precisavam se disciplinar; é então que surge a Justiça do Trabalho, com a Constituição de 1934. Posteriormente, nos anos de 1945 a 1955, com o ciclo desenvolvimentista, é que ocorre sua fase de amadurecimento em dois sentidos: a primeira através da difusão das ideias desenvolvimentistas, por intermédio da multiplicação de documentos de governo, periódicos, livros, artigos de jornal etc. Segundo, e talvez mais importante, no sentido do amadurecimento analítico (BIELSCHOWSKY, 1988). E em 1956-

60 sua fase de auge no governo de Juscelino Kubitschek, caracterizado pelo crescimento industrial promovido pelo Plano de Metas.

Por aproximadamente 20 anos, entre 1947 e 1967, período em que o desempenho econômico brasileiro alcançou uma taxa de crescimento por volta de 7 por cento ao ano, houve um aumento quatro vezes maior no valor total da produção industrial e em contrapartida as exportações em volume físico mantinham-se praticamente paradas; ou seja, com um coeficiente de exportação em declínio, o dinamismo da economia brasileira voltou-se para o próprio mercado interno (FURTADO, 2007).

Esse crescente desenvolvimento da industrialização no Brasil nesta época se deve a uma explicação na qual, após a implementação do processo de substituição de importações, toda expansão da renda monetária cria uma demanda de importações proporcionalmente maior; se a capacidade para importar não apresenta o mesmo dinamismo, os preços relativos dos produtos importados terão que elevar-se, o que estimula a produção local de similares (FURTADO, 1983).

Nos anos de 1950, particularmente na segunda metade da década, foi uma importante fase para o processo de industrialização no Brasil. O desenvolvimento econômico do país neste período foi impulsionado por um forte investimento público por meio de investimentos diretos do Estado e, da mesma forma, de empresas estatais, e não tão agressivo pelo capital internacional e privado nacional. O Brasil investindo e dando total auxílio às indústrias locais queria em contrapartida dos empresários industriais a “nacionalização” de toda atividade produtiva; neste sentido, houve uma redução do conteúdo de insumos importados. O resultado foi uma rápida integração do sistema industrial em função do mercado interno (FURTADO, 1983, p. 31).

Após o ano de 1956, depois de manter uma balança comercial favorável, o Brasil gerou grandes divisas com vultosas reservas de moeda estrangeira. Ocorreu uma internacionalização⁵, ou seja, a economia brasileira abriu-se para o capital estrangeiro o que consequentemente chamou as multinacionais para se instalarem no país.

⁵ Ver Internacionalização. SANDRONI, Paulo. Novíssimo Dicionário de Economia. 1 ed. São Paulo: Best Seller, 1999.

As consequências dessas medidas adotadas são mais bem observadas no início dos anos de 1960, a partir do fechamento da economia industrial brasileira para o comércio exterior no final do ano de 1959, cujas importações estavam por volta de 1 por cento de bens não duráveis e por volta de 6 por cento de bens duráveis. Com isso, o sistema econômico brasileiro estava extremamente dependente e o próprio sistema industrial local levou o país a uma deseconomia de escala, afetando vários setores produtivos (FURTADO, 2007).

No início dos anos 1960, em busca de novas oportunidades, a população migrava para os grandes centros urbanos, o que provocou graves problemas macroeconômicos, como desemprego, pois a indústria não absorvia o grande contingente que procurava emprego. A inflação aumentava e o crescimento econômico declinava; foi uma década onde as “reformas” se faziam necessárias para conter a crise e a estimular a economia.

Esta década se inicia com grandes debates econômicos a respeito dos problemas que o Brasil tinha de enfrentar, como o aumento da inflação, os desequilíbrios externos e um aumento significativo da população urbana que abria um espaço cada vez maior na heterogeneidade social. Assim sendo, uma nova política mais firme e decidida se fazia necessária já que a industrialização brasileira havia alcançado patamares, cujo resultado foi a incapacidade tanto da própria indústria como a do setor de serviços de ofertar emprego à imensa força de trabalho que vinha do meio rural para as cidades (FURTADO, 1982).

As reformas foram o ponto mais importante nesta década com ideias tanto de conservadores, como de progressistas e daqueles que visavam uma revolução socialista: o grupo de esquerda. As questões levantadas eram as de como se deveria tornar a economia mais dinâmica, priorizar as necessidades da população e ter como referência básica uma política de desenvolvimento, além de como tornar o sistema produtivo a serviço do progresso social. Num primeiro momento, para que se pudesse ter de volta o controle do processo de desenvolvimento seria necessário aprofundar o setor de bens de capital, o que se tornaria mais autônomo em sua estratégia tecnológica (BIELSCHOWSKY, 1988).

Como o Brasil possuía um histórico de atraso tecnológico era imprescindível para o país alcançar importantes taxas de crescimento e então, com uma maior capacidade de autotransformação, se tornar mais eficiente. Outro fator preponderante era o de se expandir a

poupança interna para obter financiamento. Mas somente seria possível se o produto crescesse por um determinado período de tempo e assim os gastos com o consumo tanto público, como privado, crescessem menos que o proporcional.

A partir de 1964 as questões sobre o subdesenvolvimento ganham um aspecto mais “dependentista” dentro da literatura do pensamento latino-americano. Neste contexto, segundo Bielschowsky (2005):

Furtado põe peso em seu argumento anterior de que na periferia latino-americana o processo de crescimento se dá em estruturas heterogêneas e adiciona que seus segmentos modernos são comandados pelo capital externo. Os conglomerados multinacionais passam a ser vistos como os atores líderes de uma nova modalidade de dependência: eles se justapõem a uma vasta estrutura arcaica, não são capazes de integrá-la na modernidade, e se aliam politicamente com atores locais, formando um núcleo hegemônico de poder que não só não tem qualquer compromisso com uma estratégia de mudança do “modelo”, como tende a se opor a todos os projetos comprometidos com alterações no mesmo.

Na década de 1970, a economia e a indústria foram estimuladas e ambas aceleraram seu processo de crescimento. O parque industrial brasileiro se tornou mais diversificado e multiplicou o número de fábricas. Assim como a economia, a heterogeneidade social continuava a crescer; mesmo com o país investindo alto no desenvolvimento da indústria e tecnologia, a ideia de beneficiar a todos não era meta do governo. A economia neste período se encontrava em crise e sofreu um forte impacto causado pela crise do petróleo em 1973.

Bielschowsky (2005) argumenta que

O debate econômico no início da década de 1970 vai se pautar centralmente pela questão do “modelo” de crescimento com concentração de renda, generalizadamente associado, pelas oposições democráticas, ao alastramento dos regimes ditatoriais em toda a região. Em o Mito do Desenvolvimento (1974), por exemplo, Furtado faria a associação com todas as letras: “a característica mais significativa do modelo brasileiro é a sua tendência estrutural para excluir a massa da população dos benefícios da acumulação e progresso técnico. Assim, a durabilidade do sistema baseia-se grandemente na capacidade dos grupos dirigentes em suprimir todas as formas de oposição que seu caráter anti-social tende a estimular”.

A indústria brasileira dos anos 1970 trabalhava com plena utilização de sua própria capacidade numa época em que se passava de uma fase de melhoria para uma de quase total

declínio. A balança de pagamentos tinha sido afetada negativamente devido às políticas deliberativas de sobrevalorização da moeda nacional: o cruzeiro. A situação observada em toda a década de 1970 era de que as estruturas de demanda e oferta quando se interagem causam certo “padrão”, cuja consequência se caracteriza em uma economia que gira em torno de uma alta concentração de renda e que aumenta cada vez mais o abismo da heterogeneidade social (FURTADO, 1982).

Em meados dos anos de 1970 e 1980, vários Planos foram criados para solucionar os principais problemas que afetaram a economia brasileira como a inflação e a crise da dívida que afetavam não apenas o Brasil, mas praticamente toda a América Latina. A década de 1990 foi marcada por transformações importantes. A globalização surge acentuando, cada vez mais, as diferenças econômicas e sociais no mundo. Neste período a estabilização da moeda brasileira ajudou a equilibrar a economia com queda da taxa de inflação. Mas não somente o Brasil estava em crise, mas praticamente toda a América Latina (FURTADO, 1998).

Um aspecto preliminar da economia brasileira neste período é que o Brasil passou por transformações estruturais e o desempenho da economia no início dos anos 1980 foi bastante irregular; também chamada de “década perdida”, não alcançou o objetivo de desenvolvimento econômico. E a indústria brasileira sofreu uma forte retração na produção.

O Brasil, além de ter elevado seu déficit público, ainda havia aumentado consideravelmente sua dívida externa devido às altas taxas de juros cobradas no mercado internacional, o que deixou o país cada vez mais dependente de nações mais desenvolvidas, como os Estados Unidos, que na década de 1980 era o maior credor da dívida pública brasileira.

A dívida interna também crescia bastante, seguida pela a crise econômica brasileira, o que neste caso só aumentava graças às políticas expansionistas do governo. Outro aspecto negativo nessa época foi em relação ao PIB, que até o final dos anos 1970 alcançava um crescimento médio de 7% ao ano e nos anos seguintes havia diminuído para 2%.

Reformas monetárias foram criadas no intuito de contornar a péssima situação que o Brasil vivia. Fracassaram as tentativas de criação de planos para que se pudesse conter a

inflação, como os Planos Verão, Bresser e Cruzado. No final da década de 1980 e início dos anos 1990, o governo decide abrir a economia para o mundo e assim tentar estabilizar a economia brasileira. O Brasil foi inserido no contexto internacional ao abrir a economia ao fluxo financeiro e comercial. Outros setores da economia tomaram espaço, como o de comércio e serviços, e com a redução do emprego industrial esse setor da economia passou a não ser mais a principal atividade econômica, e o desempenho do mercado de trabalho passou por importantes mudanças (PINHEIRO, 1999).

O Plano Real, criado em 1994, foi, sem dúvida, um importante evento para a economia brasileira. A inflação havia sido estabilizada, o país entrava num novo contexto da globalização, o sistema financeiro nacional se reorganizava e a economia do país num primeiro momento se reestruturava. Logo no começo do Plano, a taxa de câmbio se mantinha valorizada, associada à queda das barreiras de importação, à rápida taxa de crescimento da economia e ao aumento da renda, levou ao ressurgimento do déficit comercial mensal depois de anos, que apesar de ter sido compensado em vários momentos pelo aporte de capital estrangeiro, vem sendo um problema constante desde então.

Com o propósito de desregulá-lo, o governo se viu obrigado a desvalorizar o Real, adotando o regime de mini-bandas cambiais e retomando temporariamente as medidas de proteção, aumentando as tarifas de vários bens de 20% para 70%, além da introdução de cotas de importação para produtos como automóveis (BAER, 1996).

Como mudanças importantes neste período, observam-se a reforma do setor público, as privatizações, o desemprego estrutural ou tecnológico e não mais o desemprego conjuntural passou a ser o principal problema no mercado de trabalho no final da década de 1990. Em suma, sobre a década de 1990: nos 10 anos de 1990 a 1999, o PIB cresceu, em média, de 1,7% a.a. (2,9% a.a. em 1980-1989), a inflação anual ficou, em média, em 278% (272,5% em 1980-1989), a taxa de investimento média a preços constantes de 1980 em 15,9% do PIB (18,2% do PIB nos anos 80), as exportações cresceram, em média, 4,5% a.a. (8,5% a.a. em 1980-1989), e a taxa de desemprego ficou em 5,7% (contra 5,4% na década passada) (PINHEIRO, et al., 1999, p. 13).

Atualmente, o Brasil apresenta muitas contradições em sua estrutura política econômica e social, pois é a sexta maior economia do mundo, apresentando nos últimos anos um aumento em sua competitividade com um agronegócio consolidado mundialmente e um grande saldo comercial positivo. Tudo isso vem sendo observado e mostra que Brasil tem uma expectativa de se tornar uma das quatro maiores economias do mundo⁶. Todavia, o Brasil ainda é uma nação subdesenvolvida com muitos contrastes sociais. Neste sentido, o crescimento econômico brasileiro ao longo dos anos vem apresentando a capacidade do Brasil em acompanhar grandes potências, mas mesmo assim este país por ser também complexo e de muitas contradições se mostra como uma nação repleta de grandes disparidades e conflitos que o colocam como um país subdesenvolvido até hoje.

3.3. A Urbanização brasileira e as distinções das regiões metropolitanas e não metropolitanas nas últimas décadas

O governo brasileiro, com o intuito de melhorar sua organização industrial e o seu sistema de gestão de tarefas públicas, decidiu criar regiões metropolitanas, em virtude até de seu crescimento geográfico, para reforçar e promover a integralização econômica, política e social das cidades. Assim sendo, será verificado o comportamento do mercado de trabalho nas principais regiões metropolitanas brasileiras, com foco na RMF ou Grande Fortaleza, à vista de todas as características já citadas de um país subdesenvolvido ao longo de seu processo de desenvolvimento.

Foi com o ciclo da mineração que ocorreram os primeiros surtos de urbanização no Brasil, por volta do século XVIII. A atividade mineradora colaborou muito para que esse processo acontecesse. Muitos foram os motivos que contribuíram para o processo de urbanização, como a transferência da capital do país de Salvador para o Rio de Janeiro, onde o núcleo produtivo açucareiro do Nordeste foi deslocado para o Sudeste onde se estava concentrando a mineração. Essa mudança fez com que surgissem novas vilas e cidades como Diamantina, Vila Rica, São João Del Rei, Cuiabá e outras, além de acarretar a interiorização do crescimento econômico brasileiro (PRADO, Jr., 1971).

⁶Goldman Sachs: The N-11: More Than an Acronym (28 de março de 2007).

As cidades brasileiras desde o período colonial se concentravam em torno da faixa litorânea. As cidades litorâneas foram as mais procuradas pela população, pois o serviço público, os setores comerciais e financeiros, as indústrias voltadas para importação e exportação concentravam as principais atividades econômicas.

Quase todas as cidades brasileiras se criaram de maneira espontânea, surgindo como pequenos núcleos e povoados. Mas no Brasil também se formaram cidades planejadas como é o caso da atual capital do país, Brasília, e outras capitais, como Goiânia, Palmas, Boa Vista e Belo Horizonte.

No início do século XX, por volta dos anos 1920, a população brasileira era de 30.635.605, aproximadamente. Deste total, 4.552.069 de pessoas habitavam as 74 maiores cidades brasileiras, ou seja, 17%. A região Sudeste, então com os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e o Distrito Federal, ainda concentrava grande parte da urbanização com 58,3% das cidades⁷.

Nas outras regiões, Norte, Nordeste, Sul e Centro-Oeste, as principais cidades eram Manaus, Belém, Fortaleza, Salvador, Recife, Porto Alegre, Curitiba e Cuiabá. As aglomerações metropolitanas e a ampliação urbana no Brasil resultam de transformações estruturais na economia que se iniciam a partir dos anos de 1930. Entretanto, mesmo anterior a esse período as cidades brasileiras já passavam por uma expansão econômica com a sociedade cafeeira e as primeiras arrancadas da indústria.

Em relação a outros países, como os do continente europeu, o Brasil em seu processo de urbanização tem uma história mais recente e um andamento mais rápido. Uma das características desse processo foi à formação de cidades de grande porte que tanto concentravam a riqueza econômica, como vinham aumentando as migrações e concentrando a população nas grandes cidades, e tudo isso aconteceu de forma não planejada. Diferentemente do que ocorreu em países da Europa, o processo de urbanização no Brasil foi marcadamente rápido, extenso e profundo, no que se refere a mudanças do ponto de vista demográfico, social e ecológico (FARIA, 1991).

⁷VILELA, A. e SUZIGAN, W. 1973.

Figura 3: Grau de Urbanização no Brasil na década de 1940



Fonte: IBGE, Sinopse Censo Demográfico 2010

Nas décadas de 1930 e 1940, conforme a figura 3 no decorrer de grandes mudanças estruturais no Brasil, a sociedade urbana vai atingindo um nível cada vez mais elevado no processo de urbanização seguindo os “grandes ciclos de migrações” que ocorriam dentro do país.

Entre os anos de 1950 e 1990, a urbanização das cidades brasileiras teve um ritmo bem acelerado. O que se pode observar é que a área litorânea foi a que teve a maior concentração da população brasileira; e a região Sudeste, desde os anos 1940, concentrou a maior riqueza do país e o maior número de habitantes, seguida das regiões Sul e Nordeste. Dados do IBGE mostram que nos anos 1940 as áreas urbanas tinham mais de 30% da população brasileira. Uma das características mais marcantes apontada pelos estudos sobre as cidades é a intensificação das desigualdades socioespaciais (SANTOS, 1993).

Figura 4: Grau de urbanização na década de 1950



Fonte: IBGE, Sinopse Censo Demográfico 2010

Conforme a figura 4 as indústrias também se concentraram mais nessas regiões, principalmente nos estados de Rio de Janeiro e São Paulo. Indústrias como a de alimentos e a têxtil estão entre as principais instalações em meados dos anos 1950. E foi na década dos anos 1950 que a urbanização brasileira se tornou mais intensa, à medida que o crescimento industrial se expandia e as atividades agrárias se tornavam mais modernizadas (PRADO, Jr., 1971). Neste período, o Brasil estava deixando de ser um país com características rurais para se tornar um país mais urbanizado. O processo da urbanização brasileira aconteceu sem que o país realizasse reformas estruturais do capitalismo, como a reforma agrária, que certamente manteria boa parte da população no campo. Com o objetivo de possibilitar a redistribuição das propriedades rurais para as famílias camponesas, a reforma agrária é considerada um processo fundamental que deve ser realizado pelo Estado para que um país possa se desenvolver econômica e socialmente e assim efetuar corretamente a distribuição das terras para que se possa cumprir sua função social. Historicamente, o Brasil apresenta desde 1530 uma distribuição desigual de suas terras. Isso é verificado com a criação das sesmarias e das capitâneas hereditárias que eram terras distribuídas pela Coroa portuguesa para quem tivesse

condições de produzir e em contrapartida pagar um valor que custava um sexto de toda a produção. Foi desta forma com essa política de aquisição de terras que muitos latifúndios surgiram (FURTADO, 1998).

Com a independência do Brasil os imóveis rurais demarcaram suas terras numa lei onde o mais forte venceu o que ocasionou muitos conflitos com bastante violência, e assim as terras se concentravam nas mãos de poucos proprietários o que tem trazido muitos problemas para população menos favorecida. Neste contexto a luta pela reforma agrária se faz necessária, mas no Brasil passa por inúmeras dificuldades, além de ser um processo lento. Os grandes latifundiários se contrapõem à realização da reforma, o sistema jurídico apresenta barreiras, além de haver certo custo com a manutenção das famílias assentadas, pois mesmo que as famílias adquirissem a posse das terras através da reforma agrária elas precisariam de financiamentos para que pudessem investir na compra de máquinas, sementes e adubos, por exemplo, para se produzir, dentre outros aspectos.

Figura 5: Grau de urbanização no Brasil na década de 1960



Fonte: IBGE, Sinopse Censo Demográfico 2010.

A reforma agrária do Brasil tem um histórico tardio que se inicia por volta dos anos 1950/60 no momento em que outros movimentos como o estudantil, urbano, bancário, etc, começaram novas reivindicações e se tornaram parte fundamental das contestações populares no país. É interessante notar que é somente nos anos de 1960 que a diminuição no nível de fecundidade ocorreu mais acentuadamente. Porém, a maior parte do crescimento demográfico urbano pode ser explicada pelo intenso fluxo migratório rural-urbano. Somente entre 1960 e 1980, auge do ciclo de expansão das migrações, estima-se que eles foram responsáveis por 53% do crescimento da população urbana. E, se consideramos ainda os filhos tidos pelos migrantes rurais nas cidades, ou seja, o efeito indireto da migração, a sua participação no crescimento da população urbana chega a 65% (CARVALHO; FERNANDES, 1994). Neste mesmo período, no final dos anos 1950 e início dos anos 1960, houve com um fluxo grande de migrações na população brasileira nos grandes centros urbanos que já haviam crescido tanto que logo no início dos anos 1970, com a criação das regiões metropolitanas, já eram mais de 50% da população vivendo em áreas urbanas. Neste período, as concentrações urbanas nas regiões metropolitanas também eram de aproximadamente 40% (IBGE, 2010)

Figura 6: Grau de urbanização no Brasil na década de 1970



Fonte: IBGE, Sinopse Censo Demográfico 2010.

As relações comerciais entre as regiões brasileiras começavam a se expandir e as migrações se intensificavam, cada vez mais, pois surgiam novas oportunidades de postos de trabalho. Somente na década de 1970 que os primeiros resultados censitários revelaram que a população urbana brasileira havia se tornado maior que a rural. A região Sudeste, especialmente nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, concentrava sozinha mais da metade da população de todas as capitais juntas.

Figura 7: Grau de urbanização no Brasil na década de 1980



Fonte: IBGE, Sinopse Censo Demográfico 2010.

De acordo com a figura 7 partir dos anos 1980, os aglomerados metropolitanos sofrem uma redução no ritmo de crescimento em seus núcleos metropolitanos, isto é, nas cidades que estão no centro da região metropolitana, em decorrência das cidades periféricas, ou periferia metropolitana que vinha crescendo até 2000 numa taxa considerada alta, em torno de 3% ao ano, sendo a periferia a principal responsável pelo aumento das áreas urbanas no período (IBGE, 2010). Na década de 1990, a contribuição do crescimento dos núcleos metropolitanos passa a diminuir significativamente, com as demais cidades correspondendo a mais de 60% do volume total.

Figura 8: Grau de urbanização no Brasil na década de 1991:



Fonte: IBGE, Sinopse Censo Demográfico 2010.

A aglomeração urbana da periferia só aumentou nos últimos anos em virtude de uma urbanização desigual que abre um espaço cada vez maior no quadro de pobreza. Nas grandes metrópoles brasileiras, estima-se que cerca de 50% da população, em média, resida na informalidade, o que só em São Paulo representa cerca de 6 milhões de pessoas. Os moradores de favelas chegam a cerca de 20% da população dessa cidade, assim como em Porto Alegre, Belo Horizonte e Rio de Janeiro, chegando a 46% em Recife (BUENO *apud* CLICHEVSKY, 2000).

Desde a década dos anos 2000, as áreas urbanas concentram quase 90% de toda a população brasileira, com aproximadamente 80% residindo em aglomerações metropolitanas (IBGE, 2010). Um dos problemas da urbanização que vem se intensificando cada vez mais nos anos desde os anos 2000 é que quando as cidades crescem desordenadamente essa situação pode criar sérios transtornos na sociedade, como o desemprego, o aumento da

criminalidade, a construção de casas em áreas não apropriadas, problemas ambientais graves, como as poluições da água e do ar. Tudo isso, com o despreparo das cidades tanto para comportar, como atender às necessidades da população.

Figura 9: Grau de urbanização no Brasil na década de 2000:



Fonte: IBGE, Sinopse Censo Demográfico 2010.

Os centros urbanos dos países subdesenvolvidos não possuem dinamismo econômico para absorver uma grande quantidade de imigrantes que vem do meio rural em busca de novas oportunidades, o que conseqüentemente resulta no crescimento do número de desempregados. O processo de urbanização em grande parte dos países subdesenvolvidos se deve a uma industrialização tardia da periferia. Mas a expansão da urbanização no Brasil está ligada diretamente não apenas com os processos de industrialização, mas com o êxodo rural e a mecanização do espaço agrário.

4. A REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA: EVOLUÇÃO, CONTEXTO URBANO E MERCADO DE TRABALHO

4.1. Origem, evolução e o contexto urbano atual da RMF

A Região Metropolitana de Fortaleza foi fundada no dia 8 de junho de 1973. No início, eram apenas cinco municípios, Fortaleza, Aquiraz, Pacatuba, Maranguape e o maior município em extensão territorial, Caucaia. Neste período o aglomerado possuía uma estimativa populacional em torno de 1.000.000 de habitantes.

Quando da criação da RMF, a capital cearense dominava todo o contexto social, político, econômico e até cultural e não havia de fato uma integração dos municípios do aglomerado urbano. Para a integralização e desenvolvimento dos municípios que formavam a RMF foi criada a Autarquia da Região Metropolitana de Fortaleza – Aumef, que foi constituída pelo Conselho Deliberativo da Região Metropolitana de Fortaleza (CDM) e também pelo Conselho Consultivo, de acordo com os planos do governo federal que criou as regiões metropolitanas no Brasil.

Por muitos anos, o governo incentivou o desenvolvimento da região urbana e o sistema de transportes, criando planos de gestão para a RMF:

(...) a intenção do Governo Federal ao criar a RMF foi antecipar a implantação de um Sistema de Planejamento Metropolitano, onde o poder público tivesse condições de exercer uma ação preventiva e orientadora na região, através da qual os efeitos negativos de um processo acelerado de ocupação do território metropolitano fossem minimizados, e suas potencialidades econômicas melhor destacadas (AUMEF, 1976:08).

Mas, até meados dos anos 1990, não houve muito empenho por parte do Governo em tornar possível a integração dos municípios da área metropolitana.

Atualmente, a Grande Fortaleza é constituída por um conglomerado de 15 cidades com uma população de 3,6 milhões de habitantes, sendo a oitava região mais populosa do Brasil, com uma extensão territorial ampliada geograficamente em 5.870,60 km². Além das

cinco primeiras cidades que originaram a RMF, nos anos posteriores, foram integrados mais dez municípios; primeiramente, em 1986, o município de Maracanaú.

Em 1991, após a Aumef ter sido extinta, as secretarias estaduais se tornaram as responsáveis pela gestão da RMF, porém esta situação se tornou pouco favorável no gerenciamento da RMF, já que esse tipo de instituição era responsável pela atuação em todo o estado do Ceará; neste mesmo ano, os municípios de Eusébio e Guaiúba também foram incluídos.

A Lei Complementar Estadual – LCE nº18/1999 estabeleceu o último marco legal do sistema de gestão da RMF. Nesta lei, foi estabelecida a criação do Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Fortaleza (FDM). O conselho consultivo não foi mencionado na referida lei, portanto, foi considerado extinto. Dessa forma, a partir deste momento, o desenho institucional para gestão da RMF ficou enfraquecido, uma vez que a instância de gestão específica foi substituída por uma secretaria estadual com funções e abrangência mais amplas, à qual passaram a ficar vinculados o CDM e o fundo (COSTA; LEMOS; TSUKUMO, 2013, p. 116). Neste mesmo ano, Itaitinga, Chorozinho, Pacajus, Horizonte e São Gonçalo do Amarante passam a integrar a Grande Fortaleza. E os dois últimos a serem incluídos foram Cascavel e Pindoretama, integrados na Região Metropolitana pelo governo estadual.

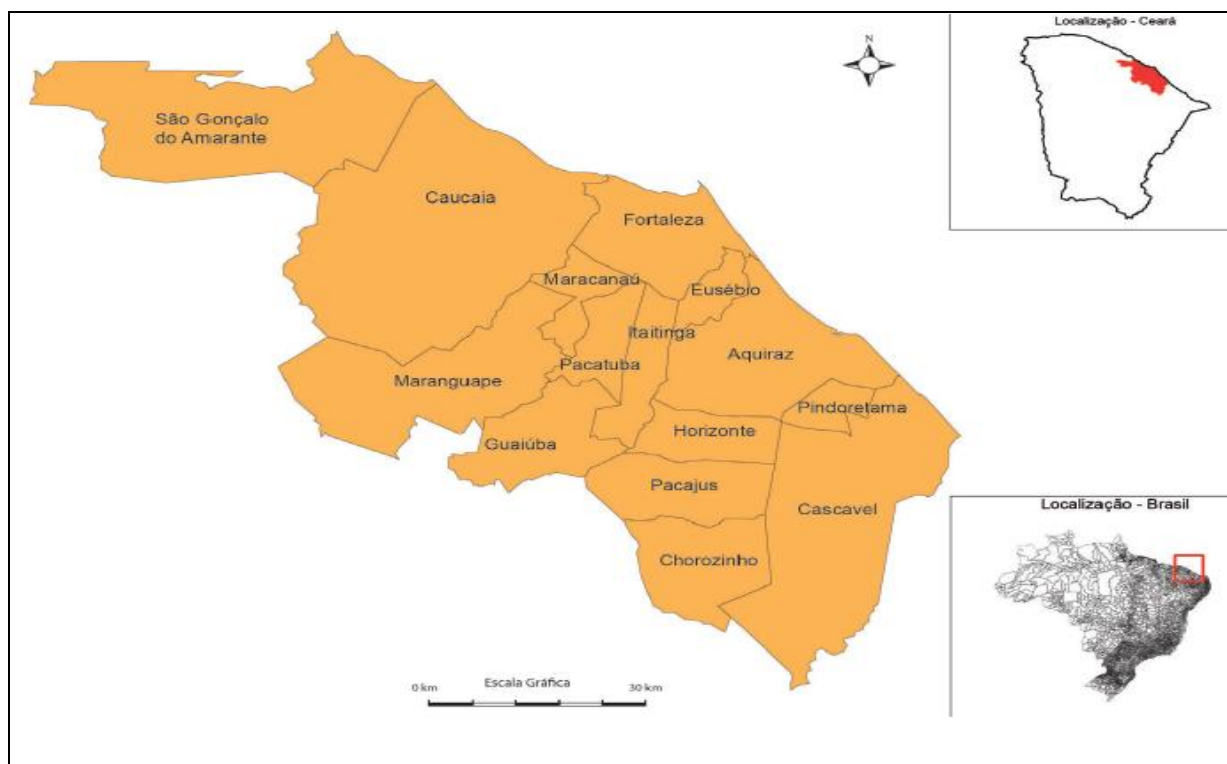
A RMF possui grande expressão política e econômica. Com um PIB estimado em R\$ 50.605.705⁸, mais da metade de toda a riqueza do estado cearense, girando em torno de 65% do total do estado. Atualmente o Brasil possui 61 regiões metropolitanas e a RMF é a décima segunda região metropolitana do país com o maior PIB nominal, sendo 1,4% do PIB brasileiro e com boa parte da atividade econômica voltada para o comércio, o setor de serviços, a indústria, o turismo e a rede imobiliária (IBGE, 2010).

A RMF possui um diversificado parque industrial. O município de Maracanaú é o maior pólo de concentração, sendo a indústria de transformação o principal setor de atividade econômica da cidade e o maior gerador de empregos formais.

⁸ Dados do IBGE 2010: Produto Interno Bruto dos Municípios em 2006 – 2010.

Os principais setores da economia que mais geraram postos de trabalho na RMF no quadriênio 2009-2012 são: o setor de serviços, a indústria de transformação e a construção civil que surpreenderam nestes quatro anos e os setores do comércio e turismo. O comportamento do mercado de trabalho nesta região apresenta diferenças em relação ao período e à atividade econômica, já que cada setor, dependendo do ano em análise, se torna o maior gerador de postos de trabalho ou o que menos emprega. A indústria é o setor da economia da Grande Fortaleza que atrai o maior número de empregos formais em toda a região. Todos esses setores têm impacto em quase dois terços da participação no PIB cearense. As principais indústrias são a alimentícia, têxtil, calçados, vestuário, química e metalúrgica. Contudo, a população metropolitana de Fortaleza ainda possui todas as características de um país subdesenvolvido, apresentando inclusive baixa escolaridade, onde as empresas encontram dificuldade em encontrar mão de obra qualificada. A precarização dos empregos é outro fator que contribui para não inserção do trabalhador no mercado de trabalho na RMF, fazendo com que as pessoas procurem a informalidade e os subempregos, o que aumenta a incapacidade de melhores condições no mercado de trabalho, baixos salários e um considerável número de demissões (PED/DIEESE, 2012).

Mapa 1: Localização da RMF no Ceará e no Brasil

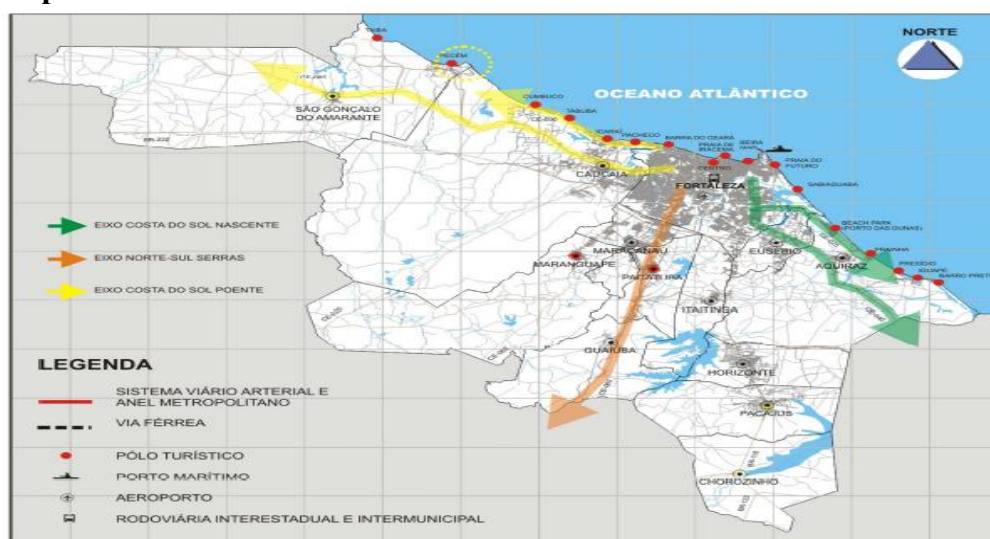


Fonte: IBGE

Fortaleza é a sede da região metropolitana e é considerada a principal cidade da região e do estado. Com dois milhões e meio de habitantes, a capital cearense concentra a maior parte da população da RM, com aproximadamente 67,8% do total, seguida dos municípios de Caucaia, com 325 mil habitantes, que dobrou sua população desde 1991 até 2010 e se tornou a segunda maior cidade da região metropolitana em termos absolutos em seu crescimento populacional, e Maracanaú, com a terceira posição, com 209 mil habitantes. A economia de Fortaleza sempre foi a maior responsável pelas maiores riquezas gerada desde o início da criação da região metropolitana (IBGE, 2010).

Fortaleza se tornou a cidade com o maior PIB do Nordeste e a 9º maior do Brasil ultrapassando a cidade de Salvador que vinha apresentando seu PIB sempre em primeiro lugar nos últimos anos na região nordeste (G1, 2013). O PIB per capita de Fortaleza também ficou em primeiro lugar em relação às demais cidades nordestinas com R\$ 15.161,47, mas possui um PIB per capita inferior a média nacional que é de R\$ 19.766,33. A Região Metropolitana de Fortaleza vem crescendo e se desenvolvendo graças à participação dos pólos industriais que vêm aumentando bastante, como o Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP) e vai expandindo as atividades do setor industrial através de incentivos fiscais dos governos estaduais e locais. Mas a expansão da RMF vem ocorrendo ao longo de quatro eixos ou vetores de crescimento, identificados como rodovias federais e estaduais (SMITH, 2001; PAIVA, 2010).

Mapa 2: Eixos de acesso da RMF



Fonte: IBGE.

Elaboração: Paiva, R. A. Turismo e Metropolização na Região Metropolitana de Fortaleza.

O primeiro eixo, constituído ao longo da rodovia estadual CE-060, está relacionado ao pólo do Distrito Industrial de Maracanaú e à construção de conjuntos habitacionais em seu entorno. É o eixo de expansão mais antigo, remontando à atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE, 2000).

O segundo eixo existe ao longo da BR – 116, que foi criado em meados da década dos anos 1990 no período em que os estados brasileiros enfrentavam a “guerra fiscal”. Esta via de acesso tem ligação com as cidades de Pacajus, Eusébio e Horizonte.

O terceiro eixo de expansão relaciona-se aos fluxos turísticos na Praia do Cumbuco, em Caucaia, com a compra de casas para segunda residência nesta cidade (CE-085), à construção de grandes conjuntos habitacionais de baixa renda na periferia deste município (BR-222), e ainda à implantação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), no município de São Gonçalo do Amarante (CE-085) (COSTA, 2013; LEMOS, 2013; TSUKUMO, 2013).

O quarto e último eixo passa pelo percurso da faixa litorânea, tendo como vias de acesso as cidades de Aquiraz, pela CE- 025, e Eusébio, pela CE- 040. Essas vias têm relação com o aumento na construção de novas casas, mas principalmente por causa do turismo local.

O território metropolitano se configurou através dos processos históricos da região e destaca a função dos eixos viários estruturais da RMF. A dinâmica da economia da Grande Fortaleza apresenta cada vez mais a importância da indústria local e dos setores turístico e comercial como atividades importantes ligadas ao desenvolvimento da região.

4.2. O Mercado de trabalho na Região Metropolitana de Fortaleza

Segundo o sistema de Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED⁹) da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), em convênio com o Departamento de Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), a Região Metropolitana de

⁹ A PED é uma pesquisa mensal que faz um levantamento domiciliar contínuo sobre o mercado de trabalho que teve início na Região Metropolitana de São Paulo, em 1984, e com o reconhecimento da importância das análises socioeconômicas foi solicitada a pesquisa em outras regiões do país, dentre elas as principais regiões metropolitanas do Brasil, que são: RM de São Paulo, RM do Rio de Janeiro, RM de Salvador, RM de Recife, RM de Porto Alegre e mais recentemente, com dados lançados desde outubro de 2008, a RM de Fortaleza.

Fortaleza possui um mercado de trabalho diferenciado, até mesmo em relação às regiões metropolitanas nordestinas de Recife e Salvador.

A Região Metropolitana de Fortaleza foi responsável no biênio 2009-2010 por 63% do PIB do Estado do Ceará. Conforme dados do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará, em 2010, o crescimento econômico cearense superou o crescimento nacional em 7,4 pontos percentuais e foram investidos mais de R\$ 3,16 bilhões de reais, o que foi um recorde para o Ceará, tendo alcançado o maior volume de investimento de sua história, com incremento de 217,7%, diante dos 993,5 milhões do ano anterior (COSTA, 2011).

Tabela 1 – Estimativa da População em Idade Ativa, segundo Condição de Atividade na RMF (2009-2010)

Condição de Atividade	Estimativas		Variações	
	(em mil pessoas)		Absoluta	Relativa
	2009	2010	(em mil pessoas)	(%)
POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA	2.951	3.009	58	2,0
População Economicamente Ativa	1.706	1.760	54	3,2
Ocupados	1.512	1.595	83	5,5
Desempregados	194	165	-29	-14,9
Em Desemprego Aberto	119	101	-18	-15,1
Em Desemprego Oculto pelo Trabalho Precário	36	33	-3	-8,3
Em Desemprego Oculto pelo Desalento	39	31	-8	-20,5
Inativos com 10 Anos e Mais	1.245	1.249	4	0,3

Fonte: Convênio IDT/Sine-CE, STDS, Fundação Seade-Dieese e MTE/FAT.
Nota: Projeções populacionais baseadas na Contagem de 2007.

Conforme a tabela acima, o total de ocupados em 2009, que era 1.512 mil, aumentou para 1.595 mil trabalhadores em 2010, crescendo 5,5%. A População economicamente Ativa da RMF teve uma estimativa de 1.760 mil pessoas em 2010 com uma diferença de 54 mil em relação ao ano anterior.

O mercado de trabalho na RMF apresentou, em 2010, um aumento no nível de ocupação, no qual o setor formal e privado teve boa influência nessa evolução, sobretudo na geração de postos de trabalho com carteira assinada. Neste período, ocorreu uma diminuição

do desemprego, elevação do rendimento médio real e da massa de rendimentos reais. Com uma maior taxa de participação, a oferta da força de trabalho exerceu uma forte pressão no mercado de trabalho da região.

Com a criação de mais de 83 mil novas ocupações na RMF, a oferta de emprego cresceu bem mais do que a oferta de mão de obra no mesmo período com uma ampliação de 54 mil pessoas procurando trabalho, isto é, a oferta de mão de obra cresceu bem mais do que a procura por trabalho. Neste período, o dinamismo na geração de emprego superou todos os setores econômicos do Estado.

Tabela 2 - Estimativa da População em Idade Ativa, segundo Condição de Atividade na RMF (2011-2012)

Condição de Atividade	Estimativas (em mil pessoas)		Variações	
	2011	2012	Absoluta (em mil pessoas)	Relativa (%)
			2012/2011	2012/2011
POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA	3.066	3.126	60	2,0
População Economicamente Ativa	1.791	1.819	28	1,6
Ocupados	1.632	1.657	25	1,5
Desempregados	159	162	3	1,9
Em Desemprego Aberto	109	118	9	8,3
Em Desemprego Oculto pelo Trabalho Precário	21	19	-2	-9,5
Em Desemprego Oculto pelo Desalento	29	25	-4	-13,8
Inativos com 10 Anos e Mais	1.275	1.307	32	2,5

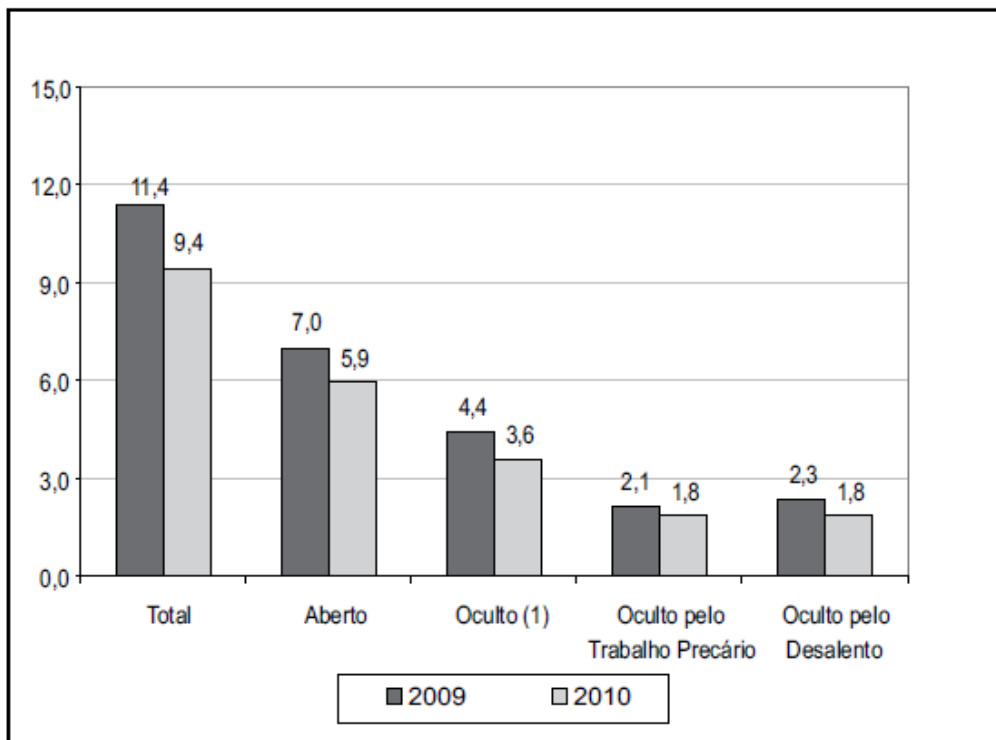
Fonte: Convênio IDT/Sine-CE, STDS, Fundação Seade-Dieese e MTE/FAT.
(1) Projeções populacionais baseadas no Censo de 2010. Vide Nota Técnica Nº 2.

A População economicamente Ativa da RMF teve uma estimativa de 1.819 mil trabalhadores, em 2012, com 28 mil pessoas a mais em relação ao ano anterior. Houve uma pequena diminuição na taxa de participação entre esses dois biênios, com 58,4%, em 2011, e em 2012, 58,2%.

A oferta de mão de obra nestes dois anos teve uma relativa estabilidade no mercado de trabalho da região metropolitana. O nível de ocupação cresceu apenas 1,5% de 2011 para 2012 e, conforme a tabela 2 passou de 1.632 para 1.657 mil trabalhadores ocupados. A

diferença do adicional de 25 mil trabalhadores ocupados com os 28 mil que entraram no mercado de trabalho na RMF ocasionou o desemprego de três mil pessoas. No total, o número de desempregados no período ficou estimado em 162 mil pessoas.

Gráfico 1 – Taxas de desemprego, por tipo. RMF (2009/2010)



Fonte: convênio IDT/Sine-Ce, STDS, Fundação Seade-Dieese e MTE/FAT.

O gráfico 1 mostra que do ano de 2009 para o ano de 2010, a taxa de desemprego total caiu de 11,4% para 9,4% da força de trabalho. Isto é observado nas componentes do desemprego total: a taxa de desemprego aberto, que diminuiu de 7,0% para 5,9%, e a outra componente do desemprego total, que é a taxa de desemprego oculto, que caiu de 4,4% para 3,6%, conforme o gráfico acima.

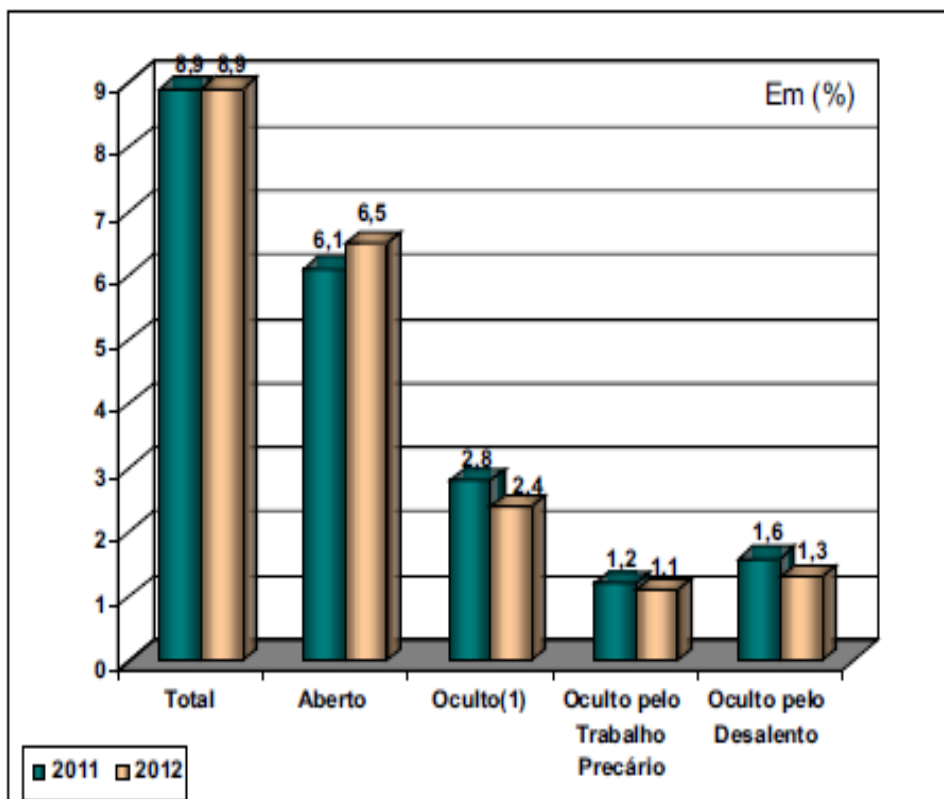
Neste período (2009/2010), o trabalhador da RMF teve um tempo médio gasto na procura por emprego de 37 semanas o que demonstra uma queda no tempo médio já que antes o trabalhador levava até 46 semanas na procura por um novo emprego.

Observando as principais componentes do desemprego oculto para poder entender o que ocasionou a diminuição tanto a taxa de desemprego oculto por desalento, quanto à taxa de

desemprego oculto pelo trabalho precário, mostram-se em queda no biênio 2009/2010: no primeiro caso, de 2,3% para 1,8% e, no segundo, de 2,1% para 1,8%, ou seja, a queda na taxa de desemprego oculto foi fomentada por reduções em suas duas componentes, conforme o gráfico 1.

Entretanto essa consequência na queda na taxa de desemprego oculto por desalento foi de 21,74%, a mais expressiva entre as cinco categorias de desemprego trabalhadas na Pesquisa Mensal de Emprego e desemprego, enquanto a redução na taxa de desemprego oculto pelo trabalho precário caiu para 14,29%, à menor de todas, evidenciando as dificuldades dos trabalhadores nessa condição de obterem trabalho de mais qualidade. “Esta condição se constitui naquela em que, em virtude do elevado grau de precariedade do trabalho realizado, o trabalhador continua buscando outro trabalho, usualmente para mudar de ocupação, dadas as baixas remunerações e a intermitência ou descontinuidade” (COSTA, 2011, p. 18).

Gráfico 2 – Taxas de desemprego, por tipo. RMF (2011/2012)



Fonte: convênio IDT/Sine-Ce, STDS, Fundação Seade-Dieese e MTE/FAT.

Nos anos de 2011 e 2012 não houve variação na taxa de desemprego total, ficando praticamente estável com 8,9% da força de trabalho neste biênio.

As taxas componentes do desemprego total, como a taxa de desemprego aberto, passou de 6,1% para 6,5% e a taxa de desemprego oculto sofreu uma leve variação, como a taxa anterior, de 2,8% para 2,4%, conforme o gráfico acima. O tempo médio gasto pelos trabalhadores na procura por novos empregos teve uma redução de 34 para 30 semanas.

Tabela 3 – Estimativa do Número de Ocupados, segundo Setores de Atividade Econômica. RMF (2009-2010)

Setores de Atividade	Estimativas		Variações	
	(em mil pessoas)		Absoluta	Relativa
	2009	2010	(em mil pessoas)	(%)
	2009	2010	2010/2009	2010/2009
Total	1.512	1.595	83	5,5
Indústria de Transformação	269	293	24	8,9
Construção Civil	89	112	23	25,8
Comércio	299	321	22	7,4
Serviços	691	710	19	2,7
Outros (1)	164	159	-5	-3,0

Fonte: Convênio IDT/Sine-CE, STDS, Fundação Seade-Dieese e MTE/FAT.
(1) Incluem Serviços Domésticos, etc.

A dinâmica do mercado de trabalho na RMF no biênio 2009/2010 avançou em praticamente todos os setores da economia cearense menos na categoria Outros, como os serviços domésticos. Nos demais setores houve uma eliminação de aproximadamente 5 mil vagas.

Os demais setores, como apresentado na tabela acima, geraram novos postos de trabalho, como Indústria de Transformação, com 24 mil ocupações, seguida da Construção Civil, com 23 mil novas ocupações, o comércio, com 22 mil, e o setor de serviços, com 19 mil. A Indústria de Transformação e a Construção Civil alavancaram mais da metade da participação das ocupações geradas no mercado de trabalho, com 56,6% na geração de novos empregos formais.

Mas o setor que mais surpreendeu nos anos de 2009 e 2010 foi à construção civil que em termos relativos gerou um crescimento de 25,8% na criação de postos de trabalho, conforme dados da tabela 3. Neste biênio, 83 mil pessoas ocuparam algum cargo ou função na RMF.

Tabela 4 – Estimativa do Número de Ocupados, segundo Setores de Atividade Econômica. RMF (2011-2012)

Setores de Atividade	Estimativas (em mil pessoas)		Variações	
			Absoluta (em mil pessoas)	Relativa (%)
	2011	2012	2012/2011	2012/2011
Total	1.632	1.657	25	1,5
Indústria de Transformação	308	303	-5	-1,6
Construção Civil	132	134	2	1,5
Comércio e reparação de veículos	370	388	18	4,9
Serviços	785	799	14	1,8
Outros (1)	37	33	-4	-10,8

Fonte: Convênio IDT/Sine-CE, STDS, Fundação Seade-Dieese e MTE/FAT.
(1) Incluem Serviços Domésticos, etc.

O biênio 2011-2012 teve um comportamento diferenciado na RMF em relação ao biênio anterior. Houve uma brusca redução na inserção de novos trabalhadores no mercado de trabalho com um adicional de apenas 25 mil trabalhadores ocupados.

Desta vez, foi o Comércio e a reparação de veículos automotores e motocicletas o principal gerador de postos de trabalho, com 18 novas ocupações, seguido do Setor de Serviços, com 14 mil novas ocupações, a Construção Civil 2 mil e a Indústria de Transformação, com uma redução em menos 5 mil postos de trabalho, e a categoria Outros, com menos 4 mil vagas. Essas informações dos indicadores mostram como o mercado de trabalho na RMF é diferenciado.

Tabela 5 – Estimativa do Número de Ocupados, segundo Posição na Ocupação. RMF (2009-2010)

Posição na Ocupação	Estimativas (em mil pessoas)		Variações	
	2009	2010	Absoluta (em mil pessoas)	Relativa (%)
			2010/2009	2010/2009
Total	1.512	1.595	83	5,5
Total de Assalariados (1)	880	941	61	6,9
Setor Privado	741	805	64	8,6
Com Carteira Assinada	532	601	69	13,0
Sem Carteira Assinada	209	204	-5	-2,4
Setor Público (2)	139	136	-3	-2,2
Autônomos	404	429	25	6,2
Empregadores	39	48	9	21,7
Empregados domésticos	141	134	-7	-5,0
Demais Posições (3)	48	43	-5	-9,5

Fonte: Convênio IDT/Sine-CE, STDS, Fundação Seade-Dieese e MTE/FAT.

(1) Exclui Empregados Domésticos e inclui aqueles que não sabem a que setor pertence a empresa em que trabalham.

(2) Inclui os estatutários e celetistas que trabalham em instituições públicas.

(3) Induem donos de negócios familiar, trabalhadores familiares sem remuneração, profissionais liberais e outras posições ocupacionais.

Conforme as formas de inserção no mercado de trabalho da RMF, a ampliação das oportunidades de trabalho foi devida principalmente ao crescimento do contingente de assalariados (61 mil), sendo 64 mil novos postos de trabalho criados pelo setor privado e 3 mil eliminadas no setor público (Tabela 3). Destaque-se a geração de 69 mil novos empregos com carteira de trabalho assinada no setor privado (13,0%), elevando o nível de formalização do mercado de trabalho local.

Ocorreu certo aumento no nível de assalariamento para os trabalhadores com carteira assinada em todos os setores analisados (Indústria de Transformação, Construção Civil, Comércio, setor Serviços e a categoria Outros).

Segundo a PED (2010):

Em termos relativos, o destaque foi novamente a construção civil, com um crescimento de 57,7% no nível de assalariamento com carteira, em 2010. O número

de trabalhadores autônomos foi acrescido de 25 mil novos profissionais e o de empregadores, 9 mil. Segmentos como os empregados domésticos e aqueles incluídos no agregado Demais Posições (profissionais universitários, donos de negócio familiar etc.) apresentaram reduções de 7 e 5 mil trabalhadores, respectivamente.

Tabela 6 – Estimativa do Número de Ocupados, segundo Posição na Ocupação. RMF (2011-2012)

Posição na Ocupação	Estimativas (em mil pessoas)		Variações	
			Absoluta (em mil pessoas)	Relativa (%)
	2011	2012	2012/2011	2012/2011
Total	1.632	1.657	25	1,5
Total de Assalariados (1)	999	1.034	35	3,5
Setor Privado	862	896	34	3,9
Com Carteira Assinada	660	692	32	4,8
Sem Carteira Assinada	202	204	2	1,0
Setor Público (2)	137	138	1	0,7
Autônomos	425	419	-6	-1,4
Empregadores	46	43	-3	-6,5
Empregados domésticos	126	124	-2	-1,6
Demais Posições (3)	36	37	1	2,8

Fonte: Convênio IDT/Sine-CE, STDS, Fundação Seade-Dieese e MTE/FAT.

(1) Exclui Empregados Domésticos e inclui aqueles que não sabem a que setor pertence a empresa em que trabalham.

(2) Inclui os estatutários e celetistas que trabalham em instituições públicas.

(3) Incluem donos de negócios familiar, trabalhadores familiares sem remuneração, profissionais liberais e outras posições ocupacionais.

Conforme as formas de inserção no mercado de trabalho da RMF, a ampliação das oportunidades de trabalho foi devida principalmente ao crescimento do contingente de assalariados (35 mil ou 3,5%), sendo que 34 mil novas ocupações foram geradas no setor privado e 1 mil no setor público. O que se pode observar é que a criação de 32 mil novos empregos com carteira assinada no setor privado foi de 4,8%, aumentando o nível de formalização do mercado de trabalho local. Tiveram reduções os trabalhadores autônomos com -1,4%, os empregados domésticos com -1,6% e os empregadores com -6,5%, conforme a tabela 6 (PED, 2012).

Em relação aos rendimentos médios reais dos trabalhadores da RMF no biênio 2009/2010, pode-se observar algum crescimento, conforme tabela abaixo. Na comparação 2009/2010, os rendimentos médios reais do trabalho na RMF apresentaram algum crescimento, exceto no setor público que foi de -0,7%.

O rendimento médio real dos ocupados passou de R\$ 844 em 2009 para R\$ 849 em 2010, com uma valorização de 0,6%, e o dos assalariados mostrou-se relativamente estável (0,1%), oscilando de R\$ 949 para R\$ 950, respectivamente, isto é reflexo do incremento de 3,3% no rendimento do setor privado e da diminuição do setor público.

Tabela 7 – Rendimento Médio Real (1) dos Ocupados, segundo Posição na Ocupação. RMF (2009-2010)

Posição na Ocupação	(em reais de Novembro / 2010)		
	Rendimento Médio Anual		Variações (%)
	2009	2010	2010/2009
Total dos Ocupados	844	849	0,6
Total de Assalariados	949	950	0,1
Setor Privado	752	777	3,3
Com Carteira Assinada	832	847	1,9
Sem Carteira Assinada	534	552	3,2
Setor Público	2.011	1.997	-0,7
Autônomos	552	579	4,9

Fonte: Convênio IDT/Sine-CE, STDS, Fundação Seade-Dieese e MTE/FAT.
(1) Inflator utilizado - INPC/RMF - IBGE. Valores em Reais de Novembro de 2010.

A remuneração média no setor privado passou de R\$ 752 para R\$ 777, sendo de R\$ 847 a dos com carteira assinada (1,9%) e de R\$ 552, a dos sem carteira (3,2%). Entre os autônomos foi registrada a maior variação relativa do rendimento médio real do trabalho na RMF (4,9%), que evoluiu de R\$ 552 em 2009 para R\$ 579 em 2010. No ano de 2010, a massa de rendimentos reais dos ocupados e a dos assalariados tiveram crescimento em seu registro.

As considerações sobre o rendimento médio real dos ocupados segundo a (PED, 2010) é o seguinte:

No segmento dos ocupados, o aumento foi de 6,1% e dos assalariados, 7,1%, em ambos os casos, principalmente devido à ampliação do emprego, que apresentaram incrementos de 5,5% e 6,9%, respectivamente. O rendimento médio real dos ocupados teve incremento de 0,6% e o salário médio real mostrou-se relativamente estável (0,1%).

Tabela 8 – Rendimento Médio Real (1) dos Ocupados, segundo Posição na Ocupação. RMF (2011-2012)

Posição na Ocupação	Rendimento Médio Anual		Variações
	2011	2012	2012/2011
Total dos Ocupados	982	1.030	4,9
Total de Assalariados	1.052	1.097	4,3
Setor Privado	878	912	3,8
Com Carteira Assinada	948	980	3,4
Sem Carteira Assinada	636	664	4,4
Setor Público	2.166	2.328	7,5
Autônomos	704	770	9,4

Fonte: Convênio IDT/Sine-CE, STDS, Fundação Seade-Dieese e MTE/FAT.
(1) Inflator utilizado - INPC/RMF - IBGE. Valores em Reais de Novembro de 2012.

Na comparação com os anos 2011/2012, os rendimentos médios reais do trabalho na RMF apresentaram crescimento em todas as categorias analisadas. O rendimento médio real dos ocupados passou de R\$ 982, em 2011, para R\$ 1.030, em 2012, com valorização de 4,9%, e o dos assalariados de R\$ 1.052 para R\$ 1.097, respectivamente, com ganho real de 4,3%, reflexo dos incrementos nos rendimentos médios do setor público (7,5%) e do setor privado (3,8%).

E conforme a (PED, 2012):

No período em análise, a remuneração média real no setor privado passou de R\$ 878 para R\$ 912, sendo de R\$ 980 a dos empregados com carteira assinada (3,4%) e de R\$ 664, a dos sem carteira (4,4%). Entre os autônomos, pelo segundo ano consecutivo, foi registrada a maior variação relativa do rendimento médio real do trabalho na RMF (9,4%), que evoluiu de R\$ 704 para R\$ 770. Em 2012, a massa de rendimentos reais dos ocupados e a dos assalariados registraram crescimento. No segmento dos ocupados o aumento foi de 6,4% e entre os assalariados, 7,9%. No caso dos ocupados devido ao rendimento médio e, em menor medida, do emprego. No caso dos assalariados, devido à elevação do rendimento médio e da ampliação do emprego.

A RMF possui um comportamento do mercado de trabalho diferenciado. Como se pode observar, o tempo médio anual gasto pelos trabalhadores na procura de trabalho tem registrado somente quedas nos quatro últimos anos. As atividades industriais e varejistas também tiveram participação significativa na dinâmica do mercado de trabalho da RMF e a retomada dessas atividades refletiu de forma positiva no mercado de trabalho da região.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo mostra como o mercado de trabalho se comporta na Região Metropolitana de Fortaleza e faz uma análise sobre a composição do mercado de trabalho e sua evolução. As informações apresentadas mostram as principais características socioeconômicas de uma das maiores regiões metropolitanas do mundo no estado do Ceará, com uma abordagem dos indicadores econômicos nos anos de 2009 a 2012.

A força de trabalho ou população economicamente ativa inserida no mercado de trabalho é o principal instrumento que faz esse sistema funcionar, através dos serviços ofertados pelos trabalhadores. O mercado de trabalho pode ser entendido como uma forma de negociar pela compra e venda de suas mercadorias onde o homem possui um papel precípua nas atividades que exerce.

A industrialização na RMF foi uma forma de se gerar mais postos de trabalho e renda e assim poder impulsionar o crescimento econômico que se apresentava descentralizado espacialmente. Com a geração de novos postos de trabalho nas cidades metropolitanas os trabalhadores tendem a fazer pressão sobre o mercado de trabalho. Contudo, com o processo de reestruturação do mercado de trabalho, requer mudanças importantes para que o trabalhador possa se ajustar melhor às condições de empregabilidade. Um dos principais problemas que vem sendo enfrentado pelos trabalhadores da RMF em especial da Região Nordeste é o baixo nível de escolaridade e qualificação insuficiente.

Neste sentido, o mercado de trabalho sofre desarranjo entre a oferta e a demanda de emprego formal. A precarização do trabalho também contribui muito para o afastamento dos trabalhadores do emprego com carteira assinada.

Neste cenário, em que a oferta e a demanda estão em desequilíbrio, esta pesquisa possibilita um maior conhecimento sobre o mercado de trabalho, inclusive na RMF, a fim que se possa estudar esta situação e dar auxílio às políticas públicas para se delinear o cenário do emprego formal na região e expandir a capacidade na geração de empregos.

No contexto metropolitano de Fortaleza, foram verificadas todas as características de um país subdesenvolvido no qual se vê a necessidade de se buscar medidas políticas urgentes a fim de se enfrentar os desafios dessa região. A questão da precarização, subemprego, má qualificação da mão de obra, informalidade e desemprego são grandes responsáveis por um mercado de trabalho desestruturado. As causas e consequências desses elementos negativos na economia são a diminuição do crescimento e desenvolvimento econômico do país, o domínio do capital e das inovações tecnológicas dos países desenvolvidos no comércio internacional, o aumento das terceirizações de grandes empresas e o pensamento global neoliberal.

A demanda pela informalidade se tornou um grande desafio para os países subdesenvolvidos tanto pela questão da sobrevivência, como pela visão de um novo valor que pode proporcionar melhores condições de vida para os indivíduos. O setor informal no Brasil é verificado pela legislação e regulamentação do Estado como um problema nas questões sociais e econômicas, pois apresentam uma fenda com os contratos de trabalho e mercados do setor formal, embora não se tenha um consenso a respeito do significado dos termos formal e informal no Brasil.

Mas, mesmo com a expansão do setor informal, nota-se que esta condição no mercado de trabalho não significa necessariamente um fator negativo tanto para a economia como para as pessoas. O aumento do trabalho informal num contexto de elevação do emprego e da renda no setor dinâmico pode significar novas oportunidades de emprego.

O desemprego é um dos principais problemas enfrentados não apenas pelos países desenvolvidos, mas, sobretudo nos países subdesenvolvidos. Muitas questões são levantadas sobre o que leva ao aumento das taxas de desemprego. Essas questões podem ou não ser analisadas isoladamente, mas o fato é que para se obter uma resposta concisa sobre o tema não se deve se apegar unicamente a um elemento que possa explicar as causas do desemprego, mas sim analisar todos em conjunto para tornar mais compreensível este cenário.

No resultado dos dados obtidos sobre o desemprego na RMF apontam que uma relativa redução nas taxas de desemprego ocorre na forma de inserção do trabalhador no mercado de trabalho, uma vez que, boa parte da população busca uma forma de se obter renda

própria através de outras funções como o trabalho autônomo, ou os serviços domésticos assalariados e sem carteira assinada, e conseqüentemente a informalidade. Essa forma de ingresso no mercado de trabalho é uma das principais características do mercado de trabalho na RMF.

Outra questão importante é a formação profissional dos trabalhadores que tem como objetivo trazer maior desempenho nas atividades com o intuito de se obter melhores resultados tanto no médio, como no longo prazo.

Num contexto geral, o mercado de trabalho passou por importantes mudanças estruturais como o aumento nas taxas de desemprego, que chegaram a patamares cada vez maiores, tudo isso, visto nas relações de trabalho que, por sua vez, se tornaram mais precárias e com menos oportunidades nos postos de trabalho, com uma reduzida capacidade de geração de novos empregos, afetando o crescimento econômico de forma negativa.

Tal situação se transformou um pouco tanto em âmbito nacional, quanto na RMF; com a conjuntura econômica internacional favorável, o crescimento econômico do país subiu significativamente, o que conseqüentemente ampliou o crédito, os investimentos, o consumo, os empregos formais e até os salários, embora este último seja bem questionado por estar num patamar bem inferior ao que deveria realmente ser, mas que o governo alega não suportar uma alta elevação do salário mínimo.

O Ceará e em especial a RMF tem apresentado nos últimos anos um desempenho econômico local melhor do que a própria economia brasileira. Tudo isso, impactou favoravelmente no comportamento do mercado de trabalho na RMF tanto no PIB cearense e da região metropolitana local, como na dinâmica de geração de novos empregos formais.

Com este trabalho, espera-se contribuir para uma melhor informação sobre o mercado de trabalho na Grande Fortaleza, para que possa analisar de um modo geral o comportamento tanto dos indivíduos que vivem nela, quanto de seus gestores.

REFERÊNCIAS

AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto Centro Internacional Celso Furtado, 2010.

BAER, W. **A economia brasileira**. São Paulo: Nobel, 1996.

BIELSCHOWSKY, R. Celso Furtado e o pensamento econômico latino-americano: notas em homenagem aos 80 anos do mestre. In: ALENCAR JÚNIOR, J. S. de. **Celso Furtado e o desenvolvimento regional**. Fortaleza: BNB, 2005.

BUENO, L. M. de M. (2000). **Projeto e favela: metodologia para projetos de urbanização**. Tese de Doutorado. São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2000.

CARLEIAL, L. M. F. Subdesenvolvimento e mercado de trabalho: uma análise a partir do pensamento latino-americano. **Revista Sociologias**. Porto Alegre, ano 12, nº 25, set/dez. 2010, p. 126-157.

CARVALHO, I. M. M. **Mercado De Trabalho e Vulnerabilidade em Regiões Metropolitanas Brasileiras**. Centro de Recursos Humanos, Salvador, v. 24, n. 62, p. 397-412, Maio/Ago. 2011.

CHAHAD, J. P. Z. **Mercado de Trabalho no Brasil: aspectos teóricos e evidências empíricas**. IPE/FEA/USP, São Paulo, 1986. (Série Relatórios de Pesquisa, nº 29).

CHAHAD, J. P. Z. **Mercado de trabalho, emprego e desemprego no Brasil**. In: Administração de empresas – **Enciclopédia de direção, produção, finanças e “marketing”**. São Paulo, Nova Cultural, 1987. n. 45-7.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações**. Revisada e atualizada. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

CLICHEVSKY, N. (2000). **Informalidad y segregación urbana en América Latina: una aproximación**. Santiago do Chile, Cepal/Eclac División de Medio Ambiente y Asentamientos Humanos, Série Medio Ambiente y Desarrollo, n.28, out. de 2000.

COSTA, M. de O. **Formalização do emprego e inserção precária: duas faces do mercado de trabalho da RMF**. Fortaleza: IDT, 2011.

ENGELS, F. Sobre o Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem. In: ANTUNES, R. (org.). **A Dialética do Trabalho – Escritos de Marx e Engels**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

FARIA, V. Cinquenta anos de urbanização no Brasil. **Revista Novos Estudos**. São Paulo, n.29, p. 98 – 119, 1991.

FURTADO, C. **O capitalismo global**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

_____. **Formação Econômica do Brasil**. 34ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. **O Brasil pós-“milagre”**. 5ª ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

HUNT, E. K.; SHERMAN HOWARD J. **História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica**. Tradução de José Ricardo Brandão Azevedo e Maria José Cyhlar Monteiro – 2 ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2005 – 6ª reimpressão.

KON, A. **Mudanças recentes no perfil da distribuição ocupacional da população brasileira**. R. Brás. Est. Pop., São Paulo, v.. 23, n. 2, p. 247-267, jul./dez. 2006.

MARTINE, G. **Processos recentes de concentração e desconcentração urbana no Brasil: determinantes e implicações**. Documento de Trabalho - no. 11, ISPN, abril de 1992.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I: O Processo de Produção do Capital; tradução de Reginaldo Sant’Anna. Vol. I. 10 ed. São Paulo: DIFEL, 1985.

_____. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo, Boitempo, 2004, p. 84.

_____. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1978a.

MORETTTO, A.; KREIN, J. D.; PORCHMAN, M.; MACAMBIRA, J. **Economia, Desenvolvimento Regional e Mercado de Trabalho do Brasil – BNB**, Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, Centro de Estudos Sociais e Economia do Trabalho, 2010.

ÓCIO, D. Z. Salários do Brasil. **Revista de Economia Política**. São Paulo, v. 6, n. 22, abr/jun. 1986.

O’BRIEN, F. S., SALM, C. L. Desemprego e Subemprego no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**. Rio de Janeiro, v. 24, n. 4, p. 93-137, out/dez, 1970.

PRADO Jr., Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1971.

PINHEIRO, A. C. Privatização no Brasil: Por quê? Até onde? Até quando? In: GIAMBIAGI, F., MOREIRA, M. M. (orgs.) **A economia brasileira nos anos 90**. Rio de Janeiro: BNDES, 1999, pp. 147-182.

PINHEIRO, A. C., GIAMBIAGI, F., GOSTKORZEWICZ, J. O desempenho Macroeconômico do Brasil nos anos 90. In: GIAMBIAGI, F., MOREIRA, M. M. (orgs) **A economia brasileira nos anos 90**. Rio de Janeiro: BNDES, 1999, pp. 11-41.

RAMOS, L. Desempenho recente do mercado de trabalho brasileiro: 1992-2005. **Revista de Economia Política**, vol. 29, nº 4 (116), pp. 406-420, outubro-dezembro/2009.

SABÓIA, J. L. Recessão e mercado de trabalho. In: **Revista de Economia Política**. São Paulo, v. 7, n. 23, jul/set. 1986.

SANDRONI, P. **Novíssimo Dicionário de Economia**. 1 ed. São Paulo: Best Seller, 1999.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SILVA, J. B. **Região Metropolitana de Fortaleza**. Edições Demócrito Rocha, 2007.

SILVA, P. P. **A nova Informalidade na Região Metropolitana de Salvador**. Dissertação de Mestrado. Salvador, BA, 2003.

SIQUEIRA, V. C. **Percepções do mercado de trabalho no Brasil: "Informal", Ilegal, Injusto**. Monografia de graduação. Santa Maria, RS, 2008.

SMITH, A. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SOUZA, Paulo Renato C. **Salário e Emprego em Economias Atrasadas**. Campinas (SP): Unicamp/IE, 1999. (Coleção Teses).

SOUZA, Renildo. A Flexibilização das Relações de Trabalho no Brasil. In: GOMES, Álvaro (org.) **O Trabalho no Século XXI: considerações para o futuro do trabalho**. São Paulo: A. Garibaldi; Bahia: Sindicato dos Bancários da Bahia, 2001, p. 49-77.

SUZIGAN, W. **Indústria brasileira: origem e desenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

VILELA, A.; SUZIGAN, W. **Política do Governo e crescimento da economia brasileira 1889 - 1945**, IPEA, Série Monografias, nº. 10, 1973.

SITES CONSULTADOS:

BRITO F.; HORTA C. J.; AMARAL E. F.. A Urbanização Recente no Brasil e as Aglomerações Metropolitanas. Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <http://www.nre.seed.pr.gov.br/cascavel/arquivos/File/A_urbanizacao_no_brasil.pdf>. Acesso em 25 de novembro, 2013.

Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) – Disponível em<<http://portal.mte.gov.br/caged/>>. Múltiplos acessos.

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) – Disponível em <www.dieese.org.br>. Múltiplos acessos.

ENGELS, F. Sobre o Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem (1876). Sítio eletrônico. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1876/mes/macaco.htm>>. Acesso em 10 de setembro, 2013.

G1. Disponível em <<http://g1.globo.com/ceara/noticia/2012/12/fortaleza-tem-9-maior-pib-do-brasil-e-o-maior-do-nordeste-diz-ibge.html>>. Acesso em 18 de novembro, 2013.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Disponível em <www.ibge.gov.br>. Múltiplos acessos.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) – Disponível em <www.ipea.gov.br>. Múltiplos acessos.

Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT) – Disponível em <www.idt.org.br>. Múltiplos acessos.

Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) – Disponível em <www.mte.gov.br>. Múltiplos acessos.

Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) – Disponível em <www.rais.gov.br>. Múltiplos acessos.

Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) – Disponível em <www.sudene.gov.br>. Múltiplos acessos.

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) – Disponível em<www.seade.gov.br>. Múltiplos acessos.

VEJA. Disponível em <www.veja.abril.com.br/noticia/economia/pequenas-cidades-grandes-problemas-para-resolver#infocidades>. Acesso em 30 de outubro, 2013.

ANEXOS

ANEXO A – PRINCIPAIS CONCEITOS E INDICADORES SEGUNDO A PED

PIA – População em Idade Ativa: população com 10 anos e mais.

PEA – População Economicamente Ativa: parcelada PIA que está ocupada ou desempregada.

OCUPADOS: indivíduos que nos 7 dias anteriores ao da entrevista:

a) possuem trabalho remunerado exercido regularmente; b) possuem trabalho remunerado exercido de forma irregular, desde que não estejam procurando trabalho diferente do atual; c) possuem trabalho não-remunerado de ajuda em negócios de parentes, ou remunerado em espécie/benefício, sem procura de trabalho; d) excluem-se as pessoas que, de forma bastante excepcional, fizeram algum trabalho neste período.

DESEMPREGADOS: indivíduos que se encontram em uma das seguintes situações:

a) **Desemprego Aberto:** pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos 7 últimos dias; b) **Desemprego Oculto pelo Trabalho Precário:** pessoas que realizam algum trabalho remunerado eventual de auto-ocupação, ou seja, sem qualquer perspectiva de continuidade e previsibilidade, ou realizam trabalho não-remunerado em ajuda de negócios de parentes e que procuraram mudar de trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista ou que, não tendo procurado neste período, fizera-o sem êxito até 12 meses atrás; c) **Desemprego Oculto pelo Desalento e Outros:** pessoas que não possuem trabalho nem procuraram, nos últimos 30 dias, por desestímulo do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos 12 meses.

INATIVOS (MAIORES DE 10 ANOS): parcela da PIA que não está ocupada ou desempregada.

RENDIMENTO DO TRABALHO: rendimento monetário bruto (sem descontos de imposto de renda e previdência social) efetivamente recebido, referente ao trabalho realizado no mês

imediatamente anterior ao da pesquisa. Para os assalariados, são considerados descontos por falta, etc. ou acréscimos devidos a horas extras, gratificações, etc. Não são computados o 13º salário e os benefícios indiretos. Para os empregadores, os autônomos e as demais posições são considerados a retirada mensal, não incluindo os lucros do trabalho, da empresa ou do negócio.

TAXA DE DESEMPREGO TOTAL: proporção da PEA que se encontra na situação de desemprego – total, aberto e oculto.

TAXA DE PARTICIPAÇÃO: proporção de pessoas com 10 anos e mais incorporadas ao mercado de trabalho como ocupadas ou desempregadas.

ÍNDICE DE OCUPAÇÃO: nível de ocupação alcançado em determinado trimestre em relação ao nível médio do período base.

RENDIMENTOS: a média trimestral do rendimento mensal real no trabalho principal. A média trimestral é calculada a partir de valores nominais mensais, inflacionados pelo INPC/RMF (IBGE), até o último mês do trimestre. Os dados de rendimento, investigados em cada mês, referem-se ao mês imediatamente anterior ao da coleta e, portanto, têm sempre esta defasagem em relação às demais informações da pesquisa.

ANEXO B – RAMOS DE ATIVIDADE ECONÔMICA E DESCRIÇÃO DOS SETORES SEGUNDO DIEESE

SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA

• AGRICULTURA, PECUÁRIA E EXTRAÇÃO VEGETAL

Compõem este setor as atividades agrícolas, as de reflorestamento, as pecuárias e outras que envolvem criação de animais (apicultura, avicultura, etc.), além das atividades extrativas de vegetais e pesca.

Exemplos:

- a) agricultura: as culturas (plantio e colheita) de arroz, feijão, cana-de-açúcar, milho, café, frutas e verduras (horticultura) e flores (floricultura);
- b) reflorestamento e extração vegetal: plantio de árvores e sua extração, inclusive em florestas naturais;
- c) pecuária: criação de gado bovino, eqüino, e outros de menor porte (porcos, ovelhas, etc.);
- d) criação de outros animais: abelhas (apicultura), galinhas (avicultura), peixes (piscicultura), etc.

Observação: as empresas agro-industriais estão incluídas nas indústrias de transformação.

• INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

São todas as atividades cujo produto passa por um processo de transformação ou beneficiamento, de forma a adaptá-lo para o consumo direto ou indireto, ou seja, para sua utilização por outras atividades produtivas. Esta transformação pode ser feita tanto por processos industriais como artesanais. Além destas, foram também incluídas neste setor as atividades relativas à extração mineral.

Metalúrgica, Mecânica, Material Eletroeletrônico e Material de Transporte

Neste subsetor estão incluídas as atividades das indústrias siderúrgicas; de fundição; de artefatos de ferro e metais em geral; de serralheria; de mecânica; de galvanoplastia e niquelação; de máquinas; de cutelaria; de balanças, pesos e medidas; de funilaria; de estamperia e equipamentos rodoviários e ferroviários; de artefatos de materiais não-ferrosos; de caldeiras e acessórios; de lâmpadas e aparelhos elétricos de iluminação; de condutores elétricos; de aparelhos elétricos, eletrônicos e similares; de aparelhos de rádiotransmissão; de autopeças; de tratores, caminhões, ônibus, automóveis e veículos similares; de parafusos, porcas, rebites e similares; de artigos e equipamentos odontológicos, médicos e hospitalares; de forjaria; de refrigeração, aquecimento e tratamento de ar.

Química, Farmacêutica e Plásticos

Neste subsetor estão incluídas as atividades das indústrias de produtos químicos para fins industriais; de produtos farmacêuticos; de preparação de óleos vegetais e animais; de perfumaria e artigos de toucador; de resinas sintéticas; de sabão e velas; de fabricação de álcool; de explosivos; de tintas e vernizes; de fósforos, de adubos e colas; de defensivos agrícolas; da destilação e refinação de petróleo; de material plástico; de matérias-primas para inseticidas e fertilizantes; de abrasivos; de álcalis; de petroquímica; de lápis, canetas, tintas de escrever e similares; de defensivos animais. Neste subsetor estão incluídas as atividades das indústrias de olaria; do cal e gesso; do cimento; de ladrilhos hidráulicos e produtos de cimento; de cerâmica para construção; de escovas e pincéis e de artefatos de cimento armado.

Artesanato

Neste subsetor estão incluídas as atividades artesanais em couro, madeira, pedras, metais, produção de bijuterias artesanais, etc. (Não estão incluídas as atividades de tecelagem, tricô, crochê, produção de artefatos de tecidos e outras assemelhadas).

Outras Indústrias de Transformação

Estão incluídas neste subsetor todas as atividades das indústrias não classificadas anteriormente, como, por exemplo: indústria extrativa mineral; indústria de artefatos de couro

e plástico; indústria de joalheria e lapidação de pedras preciosas, indústria de instrumentos musicais e brinquedos; indústrias cinematográficas; etc.

- **CONSTRUÇÃO CIVIL**

Inclui as atividades de construção e reforma de edificações e de obras de infra-estrutura.

Construções de Edificações e Obras de Infra-Estrutura

Neste subsetor está incluídas a construção de casas e edifícios públicos ou privados, monumentos, rodovias, barragens, pontes, viadutos, construção de ferrovias e metrô, pavimentação e aberturas de ruas, obras de urbanização em geral (esgoto e canalização de água), terraplanagem, etc.

Reforma e Reparação de Edificações

Incluem-se neste subsetor as atividades de reforma e reparação de prédios e edificações na área da Construção Civil.

- **COMÉRCIO DE MERCADORIAS**

São as atividades de vendas de mercadorias realizadas diretamente ao consumidor (vendas a varejo) ou para as empresas (vendas por atacado). Estas atividades podem realizar-se tanto em estabelecimentos como na via pública ou diretamente em visita ao cliente.

Exemplos:

- a) vendas a varejo: comercialização de sapatos, roupas, eletrodomésticos, móveis, medicamentos, livros, automóveis, alimentos, bebidas, combustíveis e lubrificantes e todos os produtos de consumo geral, inclusive o comércio de ambulantes e nas feiras livres;
- b) vendas por atacado e para empresas de comercialização de peças e acessórios, combustíveis. Equipamentos, aço, papel, materiais de construção e, em geral, os equipamentos, matérias-primas e insumos necessários ao funcionamento das empresas.

- **COMÉRCIO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E COMBUSTÍVEIS**

Comércio varejista de produtos de padaria, de laticínio, frios e conservas, de doces, balas, bombons, confeitos e semelhantes, de carnes (açougues), de bebidas, de outros produtos alimentícios não especificados anteriormente. Mercados de pequeno porte.

Comércio varejista de tecidos, artigos de armarinho, vestuário, calçados, artigos de couro e acessórios.

Comércio varejista de tecidos e artigos de armarinho, de artigos do vestuário e complementos, de calçados, artigos de couro.

Comércio varejista de outros produtos.

Comércio varejista de outros produtos não especificado anteriormente, produtos farmacêuticos, artigos médicos e ortopédicos, de máquinas e aparelhos de uso doméstico e pessoal, de móveis, artigos de iluminação e outros artigos para a residência, de material de construção, ferragens, ferramentas manuais, de equipamentos e materiais para escritório, de livros, jornais, revistas e papelaria, de gás liquefeito de petróleo (GLP). Lojas de conveniência.

- **COMÉRCIO VAREJISTA NÃO REALIZADO EM LOJAS**

Comércio varejista de artigos em geral, por catálogo ou pedido pelo correio, ou internet, televisão e reuniões.

Comércio varejista realizado em vias públicas: postos móveis, barracas ou bancas, veículos

(exemplos: vendedor de doces que fica em frente a uma escola, vendedor de fitas de vídeo que fica normalmente na mesma calçada, barraca de frutas, banca de jornal, vendedor de legumes e verduras na rua com um caminhão, etc.)

Comércio varejista realizado em vias públicas: de porta em porta

(exemplos: vendedores de perfumes e lingerie para amigos e conhecidos, sair para oferecer as mercadorias; venda de roupas e bijuterias de porta em porta, etc.)

Outras Atividades Comerciais Varejistas não realizadas em Loja.

Outras Atividades Comerciais não Especificadas Anteriormente.

- **SERVIÇOS**

Transportes e Armazenagem

Estão incluídas neste subsetor atividades como transporte rodoviário, ferroviário, aéreo e outros, assim como armazenagem de mercadorias, etc.

Exemplos: empresa de ônibus, aviação, etc.; entrepostos de armazenagem (silos, etc.).

Serviços domésticos

Exemplos: serviços de copa e/ou de cozinha (copeiras e cozinheiras), de atendimento a crianças (babás), de jardinagem, de segurança e de guarda no domicílio, de condução de veículos particulares, serviços de limpeza ou de faxina.

Serviços de Comunicações

São os serviços de correios, telégrafos, telefonia e assemelhados.

Diversões, Radiodifusão e Teledifusão

Incluem as rádios, televisões, parques de diversão, cinemas, teatros, promoção de espetáculos e similares.

Serviços Comunitários

Incluem sindicatos, associações comunitárias, igrejas, cultos e atividades similares, previdência social (pública ou privada), etc.

Comércio e Administração de Valores Imobiliários e de Imóveis

Inclui as imobiliárias, administradoras de imóveis, etc.

Serviços Auxiliares

São serviços auxiliares:

a) da agricultura:

Aluguel de máquinas agrícolas

Assistência técnica rural

Serviços de combate a pragas

Serviços de drenagem e irrigação

Serviços de inseminação artificial

Serviços de planejamento e reflorestamento

Escritórios de desenvolvimento de projetos agropecuários

Emater/Embrater

b) do comércio: comissários de mercadorias sem especificações escritórios de representação comerciais Bolsa de Mercadorias escritórios de comissão e consignação

c) comércio e indústria em geral: serviço de proteção ao crédito agência de informações locação de máquinas e equipamentos industriais

d) seguros, finanças e valores: administração de bens móveis lotéricas oficiais escritórios de títulos de investimento corretagem de seguros

e) transporte: aeroportos agentes de cargas